PEFC
PEFC/01-00-01

PEFC ST-MO 2002-1:2026



PEFC
INTERNACIONAL

Norma
Modular

# Requisitos para a implementação do Sistema de Devida Diligência PEFC EUDR (SDD PEFC EUDR)

**Aviso de Direitos Autorais**

© *PEFC Council* (PEFC Internacional) 2026

Esta norma está protegida por direitos autorais pertencentes ao *PEFC Council*. O documento está disponível gratuitamente no site do *PEFC Council* (www.pefc.org) ou mediante solicitação.

Nenhuma parte desta norma pode ser alterada, modificada, reproduzida ou copiada, em qualquer forma ou por qualquer meio para fins comerciais, sem a permissão do *PEFC Council*.

A versão oficial do documento está em inglês. Esta é uma tradução feita pelo PEFC Brasil, que é um Organismo Nacional de Gestão do PEFC. Em caso de dúvidas quanto à interpretação do idioma, a versão em inglês é a referência.

**Nome do documento:** Requisitos para a Implementação do Sistema de Devida Diligência PEFC EUDR (SDD PEFC EUDR)

**Título do documento:** PEFC ST-MO 2002-1:2026

**Aprovado por:** *PEFC Council* (PEFC Internacional) **Data de aprovação:** 02-10-2026

**Data de emissão:** 05-10-2026

**Data de entrada em vigor:** 05-10-2026

**Data de transição:** 02-10-2027

**Data de revisão:** 02-10-2031

# Conteúdo

**Prefácio** ..... 5

**Introdução** ..... 6

1. **Escopo** ..... 10

2. **Referências normativas** ..... 11

3. **Termos e definições** ..... 12

4. **Requisitos do Sistema de Devida Diligência (SDD) PEFC EUDR** ..... 24

4.1 Geral ..... 24

4.2 Requisitos adicionais do sistema de gestão ..... 26

4.3 Requisitos adicionais para a identificação do material de entrada ..... 26

4.4 Requisitos adicionais para a declaração de saída ..... 27

5. **Coleta de informação** ..... 28

5.1 Geral ..... 28

6. **Avaliação de risco** ..... 31

6.1 Geral ..... 31

6.2 Avaliação do risco de que o produto relevante se origine de área com desmatamento ou degradação florestal após 31 de dezembro de 2020 ..... 33

6.3 Avaliação do risco de que o produto relevante não tenha sido produzido em conformidade com a legislação pertinente do país de produção ..... 34

6.4 Avaliação do risco de que o produto relevante seja proveniente de atividades nas quais a capacidade das florestas de produzir uma variedade de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como serviços de forma sustentável não seja mantida, os níveis de colheita excedam uma taxa que possa ser sustentada a longo prazo, ou sejam utilizadas árvores geneticamente modificadas.. ..... 37

6.5 Avaliação do risco de que os requisitos do EUDR ou quaisquer requisitos aplicáveis desta norma sejam contornados, ou do risco de mistura do produto relevante ao longo da cadeia de suprimentos ..... 38

7. **Preocupação fundamentada** ..... 39

8. **Mitigação de riscos** ..... 42

8.1 Geral ..... 42

8.2 Exigência de informações, dados e documentos adicionais ..... 43

8.3 Auditorias ..... 43

8.4 Medidas corretivas ..... 44

9. **Submissão e publicação de declarações de devida diligência e declarações simplificadas** .....45

9.1 Submissão de declaração de devida diligência e declaração simplificada .....45

9.2 Relatório e publicação do Sistema de Devida Diligência PEFC .....46

9.3 Registo no Sistema de Informação da UE .....47

10. **Não colocação no mercado .....** 48

Anexo 1 (normativo): Conteúdo da Declaração de Devida Diligência, conforme Anexo II do EUDR .....49

Anexo 2 (normativo): Conteúdo da declaração simplificada para micro ou pequenos operadores primários, conforme o Anexo III do Regulamento (UE) 2023/1115, e (UE) 2025/2650 ..... 50

Anexo 3 (informativo): Visão geral das responsabilidades de organizações certificadas de Cadeia de Custódia PEFC estabelecidas fora da UE na implementação da norma do SDD PEFC EUDR ..... 51

Bibliografia .....53

# Prefácio

O PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*) é uma organização mundial que promove o manejo florestal sustentável e de Árvores Fora das Florestas (TOF) por meio da certificação florestal, cadeias de custódia e rotulagem de produtos florestais e baseados em árvores.

O manejo sustentável de florestas e TOF certificados PEFC operam através do endosso de sistemas de certificação florestal nacionais e regionais, que foram avaliados de forma independente quanto à conformidade com os parâmetros de sustentabilidade do PEFC para normas de certificação de manejo florestal. Para obter mais informações sobre os parâmetros de sustentabilidade do PEFC, consulte o site do PEFC em http://www.pefc.org

A certificação da Cadeia de Custódia PEFC baseia-se na norma PEFC ST 2002, Cadeia de Custódia de Produtos provenientes de Florestais e Árvores. A norma PEFC ST 2002 confere segurança de que o material proveniente de florestas e árvores presente em produtos com a declaração ou etiqueta PEFC origina-se de florestas com manejo florestal sustentável certificado PEFC, árvores fora de floresta certificadas PEFC, materiais reciclados e/ou fontes controladas PEFC.

O Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023, relativo à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinadas commodities e produtos associados ao desmatamento e à degradação florestal e que revoga o Regulamento (UE) n.º 995/2010 (EUTR), entrou em vigor em 29 de junho de 2023. O EUDR foi posteriormente alterado pelo Regulamento (UE) 2024/3234 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de dezembro de 2024, e pelo Regulamento (UE) 2025/2650 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de dezembro de 2025.

O objetivo do EUDR é garantir que os produtos fabricados a partir de commodities abrangidas pelo escopo do regulamento não sejam colocados ou disponibilizados no mercado da União nem exportados, a menos que cumpram todas as seguintes condições: sejam livres de desmatamento; tenham sido produzidos em conformidade com a legislação pertinente do país de produção; e estejam cobertos por uma declaração de devida diligência ou uma declaração simplificada, acompanhadas dos dados e evidências correspondentes.

# Introdução

O PEFC desenvolveu a norma modular PEFC ST-MO 2002-1:2026 para apoiar as organizações na demonstração de conformidade com o EUDR. Ela estabelece os requisitos para a implementação de um Sistema de Devida Diligência PEFC alinhado ao EUDR (SDD PEFC EUDR).

A primeira edição da norma modular, PEFC ST 2002-1:2024, foi publicada em 2024. Após a adoção do Regulamento (UE) 2025/2650, que alterou o EUDR para simplificar certas obrigações aplicáveis aos atores sujeitos ao regulamento, o PEFC revisou e atualizou a norma para alinhá-la, quando aplicável, aos requisitos regulatórios alterados.

A revisão também integra os esforços mais amplos do PEFC para fortalecer a integridade e a credibilidade do sistema PEFC, incluindo ações específicas para aumentar o monitoramento e a avaliação da implementação do SDD PEFC EUDR pelas organizações certificadas e certificadoras (Organismos de certificação). A norma também foi atualizada para se alinhar à estrutura de documentação revisada do PEFC.

Esta norma modular revisada foi desenvolvida em um processo aberto, transparente, consultivo e baseado no consenso, abrangendo uma ampla gama de partes interessadas e seguindo os procedimentos do PEFC para o desenvolvimento de documentação técnica descritos em PEFC PR 001:2026. A norma foi revisada por meio do processo de revisão urgente do PEFC, uma vez que as alterações foram impulsionadas pelas modificações introduzidas pelo Regulamento (UE) 2025/2650 e precisavam ser implementadas em tempo hábil.

Um resumo das principais alterações entre a norma PEFC ST-MO 2002-1:2026 e a versão anterior PEFC ST 2002-1:2024 é apresentado na Tabela 1 abaixo.

***Tabela 1: Resumo das principais alterações entre PEFC ST-MO 2002-1:2026 e PEFC ST 2002-1:2024***

| Capítulo | Principais alterações |
|---|---|
| Capítulo 3 Termos e Definições | • Inclusão de novas definições, incluindo micro ou pequeno operador primário, operador a jusante, declaração simplificada, identificador de declaração e exportação. Revisão de definições existentes, incluindo operador, comerciante, categoria de material PEFC-EUDR e Não PEFC-EUDR.<br>• Inclusão de exemplos para explicar alguns dos novos papéis das organizações.<br>• Redução das categorias de material do SDD PEFC EUDR de três para duas: PEFC-EUDR e Não PEFC-EUDR. |

| | |
|---|---|
| Capítulo 4<br>Requisitos do SDD PEFC EUDR | • Inclusão de novos requisitos para fortalecer a integridade, o monitoramento e a avaliação da certificação do SDD PEFC EUDR. A organização passa a ser obrigada a:<br>• Apoiar o *PEFC Council* (PEFC Internacional) ou organismo autorizado pelo PEFC na execução de atividades do sistema de monitoramento e avaliação da certificação do SDD PEFC EUDR, incluindo o fornecimento do relatório de auditoria e outros dados relevantes.<br>• Informar imediatamente o organismo de certificação caso seja submetida a um processo de sanção ou investigação legal.<br>o Prestar toda a assistência necessária ao seu organismo de certificação na realização de auditorias de monitoramento não anunciadas.<br>o Apoiar o *PEFC Council* ou organismo autorizado pelo PEFC (ex. PEFC Brasil) na execução de atividades do sistema de monitoramento e avaliação da certificação do SDD PEFC EUDR, incluindo o fornecimento do relatório de auditoria e outros dados relevantes.<br>o Registrar informações no banco de dados do PEFC, conforme exigido pelo PEFC.<br>o Informar imediatamente o organismo de certificação caso seja submetida a um processo de sanção ou investigação legal. |
| Capítulo 5<br>Coleta de informação | • Os requisitos de coleta de informações foram revisados para se alinharem às alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) 2025/2650. O capítulo agora diferencia as informações a serem coletadas de acordo com o tipo de organização, incluindo operadores, operadores a jusante, comerciantes e organizações estabelecidas fora da UE. Também introduz requisitos relativos a declarações simplificadas para micro ou pequenos operadores primários.<br>• Os requisitos revisados garantem que as organizações coletem e mantenham as informações necessárias para cumprir suas respectivas obrigações sob o EUDR alterado e determinar a categoria de material aplicável do SDD PEFC EUDR. O requisito geral anterior de coletar e repassar os números de referência das declarações de devida diligência do EUDR foi removido. |
| Capítulo 6<br>Avaliação de risco | • Remoção do indicador de risco nulo ou insignificante relativo à conformidade com a legislação pertinente do país de produção para fornecedores de países aos quais a Comissão Europeia atribuiu um baixo risco de proveniência de desmatamento ou degradação florestal.<br>• Modificação do risco de que os requisitos do EUDR sejam contornados, ou do risco de mistura do produto relevante ao longo da cadeia de suprimentos, exigindo uma abordagem proativa e ampliou o número de indicadores de risco significativo. Um requisito adicional especifica como aplicar a declaração PEFC-EUDR para avaliar cada um dos indicadores. |

| | |
|---|---|
| Capítulo 7<br>Preocupações fundamentadas | • Inclusão de requisitos para que as organizações informem seu organismo de certificação e o *PEFC Council* ou organismo autorizado pelo PEFC que o obtiverem ou forem informadas sobre informações que indiquem um risco. O capítulo também reflete os requisitos alterados do EUDR aplicáveis a operadores, operadores a jusante e comerciantes relativos a notificações e verificações. |
| Capítulo 8<br>Mitigação de riscos | • Pequenas alterações editoriais, incluindo a remoção de referências a tipos de organizações que já não estão sujeitas a requisitos específicos de mitigação de riscos.<br>• • Inclusão de um requisito para dar atenção especial à verificação das espécies, e remoção do requisito relativo à amostragem de suprimentos. |
| Capítulo 9: Envio e publicação de declaração de devida diligência e de declaração simplificada | • Inclusão de requisitos que abrangem a apresentação de declarações simplificadas únicas por micro ou pequeno operador primário, bem como o registro no Sistema de Informação da UE por operadores a jusante e comerciantes não PME |
| Capítulo 10<br>Não colocação no mercado | • Não foram feitas alterações substanciais, |
| Anexos | • Alterações editoriais no Anexo 1 para remover referências a tipos de organizações que não estão mais sujeitas aos seus requisitos.<br>• Inclusão do Anexo 2, que estabelece o conteúdo da declaração simplificada.<br>• Inclusão do Anexo 3, com uma visão geral das responsabilidades de organizações estabelecidas fora da UE.<br>• Inclusão de uma bibliografia. |

Este documento não é uma norma independente. Trata-se de uma norma modular voluntária a ser utilizada em conjunto com a norma de Cadeia de Custódia do PEFC.

O SDD PEFC EUDR foi concebido para ser compatível com o Sistema de Devida Diligência descrito na norma de Cadeia de Custódia do PEFC. Ele aborda o risco de um produto relevante originar-se de fontes controversas, conforme definido na norma de Cadeia de Custódia do PEFC, ou ser um produto não conforme, conforme definido pelo EUDR, tanto na origem quanto ao nível da cadeia de suprimentos. Isso inclui aqueles elementos da definição de fontes controversas do PEFC que vão além do EUDR.

Os detentores de certificados de Cadeia de Custódia PEFC certificados conforme esta norma modular podem utilizar a declaração PEFC-EUDR para demonstrar que as informações exigidas foram obtidas e que a devida diligência foi exercida, resulte na conclusão de risco nulo ou insignificante de que o produto relevante se origina de fontes controversas ou é um produto não conforme.

Organismos de certificação notificados pelo PEFC conduzem auditorias de terceira parte para a avaliação de conformidade das organizações em relação a este módulo. No entanto, a responsabilidade pela conformidade permanece com as organizações. As autoridades competentes designadas pelos Estados-Membros são responsáveis por determinar a conformidade do produto relevante com o EUDR.

Ao implementar esta norma modular, os detentores de certificados de Cadeia de Custódia PEFC reforçam seu compromisso com a responsabilidade ambiental e social e contribuem para a meta global de deter o desmatamento e a degradação florestal.

**Como encontrar os requisitos aplicáveis:**

A norma modular do SDD PEFC EUDR, PEFC ST-MO 2002-1:2026, pode ser utilizada por qualquer organização na cadeia de suprimentos de origem florestal e árvores, independentemente de sua localização geográfica, tipo ou tamanho.

Para organizações estabelecidas na União Europeia e sujeitas ao EUDR, os requisitos aplicáveis variam de acordo com o tipo de organização — micro ou pequeno operador primário, operador, operador a jusante ou comerciante — e sua classificação de tamanho como PME ou não PME. A norma modular do SDD PEFC EUDR reflete essa diferenciação ao identificar o tipo de organização e a classificação de tamanho em requisitos individuais, quando for relevante. A Tabela 2 descreve as principais obrigações adicionais para cada tipo de organização.

Para organizações estabelecidas fora da União Europeia e não sujeitas ao EUDR, mas cujos produtos relevantes integram a cadeia de suprimentos destinada ao mercado da União, o tipo de organização e a classificação de tamanho não afetam a aplicação desta norma modular.

***Tabela 2: Visão geral das principais obrigações adicionais do PEFC relacionadas ao SDD do EUDR nesta norma revisada***

| Seção | Principais obrigações adicionais | Tipo de organização aplicável |
|---|---|---|
| Seção 4* | Oferecer toda a assistência necessária ao organismo de certificação na condução de auditorias não anunciadas, que o necessário.<br>Oferecer toda a assistência necessária ao *PEFC Council* ou a um organismo autorizado pelo PEFC(ex. PEFC Brasil) na execução de atividades sob o sistema de monitoramento e avaliação da certificação do SDD PEFC EUDR.<br>Registrar as informações exigidas no banco de dados do PEFC (conforme exigido pelo PEFC).<br>Informar imediatamente o organismo de certificação se for sujeito a um processo de sanção ou investigação legal. | Todas as organizações |
| Seções 4.2 e 8.1 | Nomear um oficial de conformidade em nível gerencial e incluir essa nomeação nas práticas de gestão de risco.** | Operador não PME |
| Seção 5.1 | Coletar e reter o número de referência da declaração de devida diligência ou o identificador de declaração fornecido pelo fornecedor, quando aplicável. | Operador a jusante ou comerciante fornecido diretamente por qualquer operador |
| Seção 8.1 | Estabelecer uma função de auditoria independente para verificar políticas, controles e procedimentos internos.** | Operador não PME |
| Seção 9.1 | Apresentar uma declaração de devida diligência antes de colocar um produto relevante no mercado da União ou de o exportar.** | Operador não PME |
| Seção 9.1 | Apresentar uma declaração simplificada única, se for o caso, antes de colocar um produto relevante no mercado da União ou de o exportar. | Micro ou pequeno operador primário |
| Seção 9.2 | Reportar publicamente sobre o SDD PEFC EUDR anualmente.** | Não PME |
| Seção 9.3 | Registrar-se no Sistema de Informação da UE antes de colocar ou disponibilizar um produto relevante no mercado da União ou de o exportar. | Operador a jusante não PME ou comerciante não PME |

** As únicas alterações em termos de obrigações para organizações estabelecidas fora da UE ocorrem no sistema de gestão. Para além dessas obrigações, as alterações e simplificações do EUDR não têm impacto na implementação do SDD PEFC EUDR por organizações estabelecidas fora da UE.*

*** Estas obrigações já existiam no EUDR, mas o escopo das organizações que devem cumpri-las mudou no EUDR atualizado.*

# 1. Escopo

Esta norma descreve as etapas que as organizações com Cadeia de Custódia PEFC certificada podem seguir para implementar um Sistema de Devida Diligência com controles documentados, reunir evidências relevantes para suas obrigações no escopo do EUDR e emitir declarações PEFC-EUDR. A responsabilidade pela conformidade com o EUDR permanece inteiramente com a organização.

Esta norma serve tanto para apoiar as organizações no cumprimento das obrigações do EUDR aplicáveis ao seu papel quanto para permitir que outras organizações na cadeia de suprimentos implementem voluntariamente o SDD PEFC EUDR e repassem declarações PEFC-EUDR. Isso inclui operadores a jusante e comerciantes, mesmo nos casos em que o EUDR não exija que exerçam a devida diligência para o produto relevante, ou organizações que não comercializam produtos no mercado da União. Nesses casos, os requisitos adicionais são requisitos de certificação PEFC e não modificam o papel legal ou as obrigações da organização sob o EUDR.

Este documento é uma norma modular, a ser implementada em base voluntária, em nível global, por qualquer organização que solicite ou possua um certificado de Cadeia de Custódia reconhecido pelo PEFC.

Antes de emitir declarações PEFC-EUDR, a organização deve estender o escopo de seu certificado de Cadeia de Custódia PEFC para incluir a norma modular do SDD PEFC EUDR.

Para um grupo de produtos PEFC ao qual esta norma modular é aplicada, o SDD PEFC EUDR deve ser utilizado em substituição ao SDD de Cadeia de Custódia PEFC descrito no capítulo 7 e no anexo 1 da norma PEFC ST 2002. Quando uma organização utilizar tanto o SDD de Cadeia de Custódia PEFC quanto o SDD PEFC EUDR, ela deve definir, ao nível do grupo de produtos, qual SDD implementa. A organização deve garantir que todo produto relevante que ingresse em um grupo de produtos PEFC para o qual esta norma seja implementada passe pelo SDD PEFC EUDR e resulte em risco nulo ou insignificante, independentemente de ser material certificado PEFC ou não.

Esta norma modular inclui definições adicionais e requisitos adicionais para sistemas de gestão, identificação de entradas, declaração de saídas e preocupações fundamentadas. Todos os demais requisitos aplicáveis da norma de Cadeia de Custódia PEFC permanecem válidos.

A certificação baseada nesta norma modular não constitui confirmação ou verificação de conformidade legal com o EUDR. Ela fornece verificação de terceira parte apenas quanto à conformidade com os requisitos deste módulo voluntário. A responsabilidade pela conformidade legal permanece exclusivamente com a organização estabelecida no território da União Europeia sujeita ao EUDR.

Quando uma fonte do EUDR for citada no documento, ela será indicada entre colchetes, referindo-se ao EUDR, seguida do número do Artigo e, quando aplicável, do número do Parágrafo ou letra (Artigo do EUDR, número do parágrafo ou letra).

Nesta norma, utilizam-se as seguintes formas verbais: "deve" (shall) indica um requisito; "deveria" (should) indica uma recomendação; "pode" (may) indica uma permissão; "é capaz de / pode" (can) indica uma possibilidade ou capacidade. Detalhes adicionais podem ser encontrados nas Diretrizes ISO/IEC, Parte 2.

## 2. Referências normativas

Os documentos referenciados a seguir são indispensáveis para a aplicação desta norma. Para referências datadas e não datadas, aplica-se a edição mais recente do documento referenciado (incluindo quaisquer emendas).

**PEFC ST 2002**, Cadeia de Custódia de Produtos provenientes de Florestas e Árvores - Requisitos (disponível em www.pefc.org)

**Regulamento (UE) 2023/1115** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023, relativo à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinadas commodities e produtos associados ao desmatamento e à degradação florestal e que revoga o Regulamento (UE) n.º 995/2010, alterado pelos Regulamentos (UE) 2024/3234 e (UE) 2025/2650 (doravante denominado EUDR)

**Regulamento (UE) 2024/3234** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de dezembro de 2024, que altera Regulamento (UE) 2023/1115 no que diz respeito às disposições relativas à data de aplicação

**Regulamento (UE) 2025/2650** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de dezembro de 2025, que altera Regulamento (UE) 2023/1115 no que diz respeito a certas obrigações de operadores e comerciantes

**Regulamento (UE) n.º 995/2010** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, que estabelece as obrigações dos operadores que colocam madeira e produtos de madeira no mercado (doravante denominado EUTR)

**Regulamento de Execução (UE) 2024/3084 da Comissão**, de 4 de dezembro de 2024, sobre o funcionamento do sistema de informação nos termos do Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à disponibilização no mercado da União e à exportação da União de determinados produtos e produtos associados ao desmatamento e à degradação florestal, conforme alterado pela Comissão de Implementação Regulamento (UE) 2026/1565

**Regulamento de Execução (UE) 2026/1565 da Comissão**, de 13 de julho de 2026, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2024/3084 no que diz respeito à apresentação de declarações de devida diligência, declarações simplificadas para micro ou pequenos operadores primários, acordos de contingência e outras medidas que simplificam a utilização do sistema de informação

**Regulamento da Comissão Delegada (UE) 2026/2102**, de 13 de julho de 2026, que altera o Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à lista de produtos relevantes e produtos relevantes

# 3. Termos e definições

Os termos e definições a seguir são extraídos diretamente do EUDR. Nos casos em que uma definição desta norma modular difere da definição da norma PEFC ST 2002, Cadeia de Custódia de Produtos provenientes de Florestas e Árvores, a definição desta norma modular prevalece para fins de sua implementação.

Quando utilizados na norma, os termos e definições abaixo, bem como quaisquer definições da norma PEFC ST 2002, aparecem em negrito.

## 3.1 Plantações agrícolas

terreno com povoamento de árvores em sistemas de produção agrícola, como plantações de árvores frutíferas, plantações de palma, pomares e sistemas agroflorestais, onde as culturas são cultivadas sob cobertura arbórea; inclui todas as plantações de **commodities relevantes** que não sejam madeira;

NOTA As plantações agrícolas estão excluídas da definição de **floresta**

*(Fonte: EUDR 2.6)*

## 3.2 Uso agrícola

Uso do solo para fins agrícolas, incluindo para **plantações agrícolas**, pecuária e áreas agrícolas reservadas.

*(Fonte: EUDR 2.5)*

## 3.3 Representante autorizado

Qualquer pessoa singular ou coletiva (física ou jurídica) estabelecida na União Europeia que tenha recebido um mandato por escrito de um **operador** para agir em seu nome em relação a tarefas específicas relativas às obrigações do operador quanto ao EUDR.

*(Fonte: EUDR 2.22)*

## 3.4 Autoridade competente

As autoridades designadas pelos **Estados-Membros** como responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do EUDR.

*(Fonte: EUDR 2.32)*

## 3.5 País de produção

O país ou território onde foi produzida a **commodity relevante** ou a **commodity relevante** utilizada na produção de, ou contida em, um **produto relevante**.

*(Fonte: EUDR 2.24)*

**Nota:** Ver também a definição 3.42 para **produzido**. O país de produção refere-se ao país onde a **commodity relevante** ou o **produto relevante** foi colhido.

### 3.6 Nível de risco do país

O nível de risco atribuído pela Comissão Europeia a cada país, como alto, baixo ou padrão, relativo ao risco de que um **produto relevante produzido** no país não cumpra o artigo 3.º, alínea a), do EUDR.

*(Fonte: EUDR 29)*

**Nota 1**: O artigo 3.º, alínea a), do EUDR refere-se a **produtos livres de desmatamento**.

**Nota 2:** Para **produtos relevantes** à base de madeira, a atribuição de risco pela Comissão Europeia abrange tanto o **desmatamento** quanto a **degradação florestal**.

**Nota 3:** Para **produtos relevantes** que não sejam à base de madeira, como a borracha natural, a atribuição de risco pela Comissão Europeia abrange apenas o **desmatamento**.

**Nota 4:** Em alguns casos, a atribuição de risco pela Comissão Europeia pode aplicar-se a partes específicas de um país e não a todo o país.

**Nota 5:** A atribuição de risco do país pela Comissão Europeia pode ser consultada no registo oficial[1].

### 3.7 Identificador de declaração

O identificador exclusivo atribuído a um **micro ou pequeno operador primário** pelo **Sistema de Informação da UE** após a submissão de uma declaração simplificada única ou a disponibilização das informações exigidas através de um sistema ou base de dados estabelecido conforme Legislação da União ou de um Estado-Membro.

*(Fonte: baseado no EUDR 4a)*

### 3.8 Desmatamento

A conversão de **florestas** para **uso agrícola**, induzida pelo homem ou não.

*(Fonte: EUDR 2.3)*

### 3.9 Livre de desmatamento

a) Os **produtos relevantes** contêm, foram alimentados com ou foram fabricados utilizando **commodities relevantes produzidas** em terras que não foram objeto de desmatamento após 31 de dezembro de 2020; e

b) No caso de **produtos relevantes** que contenham ou tenham sido fabricados utilizando madeira, a madeira tenha sido colhida da **floresta** sem induzir degradação florestal após 31 de dezembro de 2020. *(Fonte: EUDR 2.13)*

**Nota 1:** Para **produtos relevantes** à base de madeira, livre de desmatamento significa que as **commodities relevantes** utilizadas para fabricar os **produtos relevantes** foram **produzidas** em terras não submetidas a **desmatamento** após 31 de dezembro de 2020 e que a madeira foi colhida sem induzir **degradação florestal** após essa data.

**Nota 2:** Para **produtos relevantes** que não são baseados em madeira, como borracha natural, livre de desmatamento significa que as **commodities relevantes** utilizadas para fabricar os **produtos relevantes** foram **produzidas** em terras não submetidas a **desmatamento** após 31 de dezembro de 2020.

[1] *Regulamento de Execução da Comissão, de 22 de maio de 2025, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE)*

*2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à lista de países que apresentam risco baixo ou alto de produção de commodities relevantes cujos produtos relevantes não cumprem o disposto no artigo 3º, alínea a): https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=C(2025)3279&lang=en*

### 3.10 Operador a jusante

Qualquer pessoa física ou jurídica que, **no âmbito de uma atividade comercial, coloque no mercado ou** exporte produtos relevantes fabricados utilizando **produtos relevantes**, todos os quais cobertos por uma **declaração de devida diligência** ou por uma **declaração simplificada**.

(*Fonte*: *EUDR 2.15b)*

**Exemplos:**

Um proprietário florestal sediado na UE colhe e vende toras brutas (CN 4403) a uma serraria da UE. Caso o proprietário florestal seja o proprietário das toras no momento da venda, ele é o **operador** (ou **micro ou pequeno operador primário**, se os requisitos forem atendidos). A serraria utiliza as toras cobertas para fabricar madeira serrada (CN 4407) e **coloca** essa madeira no mercado da UE. A serraria é o operador a jusante.

Uma empresa florestal não estabelecida na UE vende toras brutas a um importador de madeira da UE. O importador da UE que libera as toras para livre circulação é o **operador** e submete a **declaração de devida diligência** correspondente. Uma serraria da UE subsequentemente compra as toras, fabrica madeira serrada e a **coloca** no mercado da UE ou a exporta. A serraria é o operador a jusante.

Se uma serraria apenas revende as toras sem transformá-las em outro **produto relevante**, ela é geralmente um comerciante, e não um operador a jusante. Se importar e processar as próprias toras, a mesma empresa pode atuar como **operador** para as toras importadas e como operador a jusante para a madeira serrada. Estas distinções seguem o Guia EUDR 2026 da Comissão Europeia de 2026.

### 3.11 Declaração de devida diligência

Um documento submetido ao **Sistema de Informação da UE** que uma **organização** definida como **operador**, que não seja **micro ou pequeno operador primário**, deve disponibilizar às **autoridades competentes**, assumindo sua responsabilidade pela conformidade do **produto relevante** com EUDR.

**Nota:** As informações a serem incluídas na declaração constam no Anexo II do EUDR ou no Anexo 1 desta norma.

### 3.12 Exportação

Exportação de mercadorias da União:

1. As mercadorias da União destinadas a sair do território aduaneiro da União devem ser colocadas sob o regime de exportação.

2. O parágrafo 1 não deve se aplicar a nenhuma das seguintes mercadorias da União:

a) mercadorias colocadas sob o regime de aperfeiçoamento passivo;

b) mercadorias retiradas do território aduaneiro da União após terem sido colocadas sob o regime de destino final;

c) mercadorias fornecidas, com isenção de IVA ou de imposto especial de consumo, como provisões para

aeronaves ou navios, independentemente do destino da aeronave ou navio, para as quais seja exigida prova de tal fornecimento;

d) mercadorias colocadas sob o regime de trânsito interno;

e) mercadorias movimentadas temporariamente para fora do território aduaneiro da União em conformidade com o artigo 155.

*(Fonte: Regulamento (UE) No 952/2013, artigo 269(1) e (2))*

**Nota:** A reexportação prevista no artigo 270.º do Regulamento 952/2013 não está no escopo do EUDR. Reexportação, neste contexto, significa que a **commodity relevante** ou o **produto relevante** não adquiriu o estatuto de 'mercadoria da União' e é retirado do território aduaneiro da União após a entrega, por exemplo, de uma declaração de reexportação.

### 3.13 Sistema de Informação da UE

O sistema de informação estabelecido e mantido pela Comissão Europeia através do qual a **organização** submete a sua **declaração de devida diligência** ou **declaração simplificada**. Este sistema também pode incluir outras funcionalidades definidas pela Comissão Europeia.

*(Fonte: EUDR 33)*

### 3.14 Preocupação fundamentada no EUDR

Uma alegação devidamente fundamentada, baseada em informações objetivas e verificáveis, relativa à não conformidade com o EUDR e que possa exigir a intervenção das **autoridades competentes**.

*(Fonte: com base no EUDR 2.31)*

**Nota 1:** Preocupações fundamentadas no EUDR podem ser levantadas por terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, ou pela própria **organização**.

**Nota 2:** Preocupações fundamentadas no EUDR podem ser levantadas contra os **produtos relevantes** ou contra a própria **organização**.

**Nota 3:** Preocupações fundamentadas no EUDR podem referir-se a **produtos relevantes** destinados a ser **colocados ou disponibilizados** no mercado da União ou **exportados**, ou a **produtos relevantes** já **colocados ou disponibilizados** no mercado da União ou **exportados**.

*(Fonte: com base no EUDR 2.31)*

### 3.15 Floresta

área medindo mais de 0,5 ha, com árvores com mais de 5 m de altura e uma cobertura de dossel (copa) superior a 10 %, ou com árvores capazes de alcançar esses parâmetros in situ, excluindo áreas predominantemente sob uso agrícola ou uso urbano.

*(Fonte: EUDR 2.4)*

### 3.16 Degradação florestal

mudanças estruturais na cobertura **florestal**, assumindo a forma de conversão de:

a) **florestas primárias** ou **floresta em regeneração natural** em **plantações florestais** ou em **outras áreas arborizadas**, ou

b)**florestas primárias** em **florestas plantadas**

*(Fonte: EUDR 2.7)*

### 3.17 Geolocalização

Localização geográfica de uma **parcela de terreno** descrita por meio de coordenadas de latitude e longitude correspondentes a pelo menos um ponto de latitude e um ponto de longitude e utilizando pelo menos seis dígitos decimais. Para **parcelas de terreno** com mais de quatro hectares, deve ser fornecido utilizando polígonos com pontos de latitude e longitude suficientes para descrever o perímetro de cada **parcela de terreno.**

**Nota 1:** Esta definição é adaptada ao escopo da norma.

*(Fonte: EUDR 2.28)*

**Nota 2:** Para uma **organização** definida como **micro ou pequeno operador primário**, o requisito de geolocalização pode ser cumprido mediante a indicação do endereço postal de todas as **parcelas de terreno** a partir das quais as **commodities relevantes** contidas ou utilizadas para fabricar o **produto relevante** foram **produzidas**.

*(Fonte: EUDR 4a)*

### 3.18 No âmbito de uma atividade comercial

Para efeitos de processamento, de distribuição a consumidores comerciais ou não comerciais, ou para utilização na atividade do próprio **operador**, **operador a jusante** ou **comerciante**.

*(Fonte: EUDR 2.19)*

### 3.19 Disponibilização no mercado da União

Qualquer **fornecimento** de um **produto relevante** para distribuição, consumo ou utilização no mercado da União no **âmbito de uma atividade comercial**, a título oneroso ou gratuito.

*(Fonte: EUDR 2.18)*

### 3.20 Estados-Membros

Os países membros da União Europeia nos quais o EUDR é vinculativo e aplicável diretamente.

### 3.21 Micro ou pequeno operador primário

Um **operador** que seja uma pessoa física, uma microempresa ou uma pequena empresa(EPP), definida pelo artigo 3.º (1), e do artigo 3.º(2), primeiro parágrafo, respectivamente, da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, independentemente da sua forma jurídica, estabelecido num país classificado como de baixo risco de acordo com o artigo 29.º do EUDR, e que, **no âmbito de uma atividade comercial**, **coloque no mercado ou exporte produtos relevantes** que o próprio **operador** tenha cultivado, colhido, obtido ou criado em **parcelas de terreno** relevantes situadas nesse país; inclui **operadores** que excedam os limites de pelo menos dois dos três critérios estabelecidos no artigo 3.º (1) e (2), primeiro parágrafo, da Diretiva 2013/34/UE, mas que possam demonstrar que as parcelas do seu ativo total, volume de negócios líquido e número médio de empregados durante o exercício financeiro, relacionados com as **commodities relevantes** e **produtos relevantes**, não excedem os limites de pelo menos dois dos três critérios.

*(Fonte: EUDR 2.15a)*

**Nota:** Esta definição é adaptada ao escopo da norma.

### 3.22 Floresta em regeneração natural

**floresta** predominantemente composta por árvores estabelecidas por meio de regeneração natural,

que inclui qualquer um dos seguintes casos:

a) florestas em que não é possível distinguir se são plantadas ou regeneradas naturalmente

b) florestas com uma mistura de espécies de árvores nativas regeneradas naturalmente e árvores

plantadas ou semeadas, e onde se espera que as árvores regeneradas naturalmente constituam

a maior parte do estoque crescente na maturidade do povoamento;

c) talhadia de árvores originalmente estabelecidas por meio de regeneração natural;

d) árvores regeneradas naturalmente de espécies introduzidas

*(Fonte: EUDR 2.9)*

### 3.23 Risco insignificante

O nível de risco identificado na sequência de uma avaliação de risco realizada em conformidade com os requisitos aplicáveis do SDD PEFC EUDR, indicando que não há motivo de preocupação de que o **produto relevante** se origine de **fontes controversas**, seja um **produto não conforme** ou tenha sido misturado ao nível da cadeia de suprimentos com **produtos relevantes** de origem desconhecida, material originário de **fontes controversas** ou **produtos não conformes**.

**Nota:** em algumas traduções, também é chamado de risco negligenciável.

*(Fonte: com base no EUDR 2.26)*

### 3.24 Produtos não conformes

**Produtos relevantes** que não cumprem o artigo 3.º do EUDR.

*(Fonte: EUDR 2.25)*

**Nota 1:** O artigo 3.º do EUDR estabelece que as **commodities relevantes** e **produtos relevantes** não podem ser **colocados ou disponibilizados** no mercado da União nem **exportados**, a menos que estejam cumpridas todas as condições seguintes:

a) sejam livres de **desmatamento**;

b) tenham sido **produzidos** em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção**; e

c) estejam cobertos por uma **declaração de devida diligência** ou **declaração simplificada**, conforme exigido pelas disposições pertinentes do EUDR.

*(Fonte: com base no EUDR 3)*

**Nota 2:** A alínea c) do artigo 3.º do EUDR aplica-se aos **produtos relevantes** colocados no mercado da União ou **exportados**. Os **operadores a jusante** e **comerciantes** não são obrigados a submeter uma nova **declaração de devida diligência** ou **declaração simplificada**, mas baseiam-se na declaração já associada aos produtos.

### 3.25 Não PEFC-EUDR

A **categoria de material** que abrange **produtos relevantes** que não passaram pelo **SDD PEFC EUDR** e não são entregues com uma **declaração PEFC-EUDR**.

### 3.26 Não PME

Uma empresa que não se enquadre na classificação de **PME** (micro, pequena e média empresa). Ver definição 3.49.

**Nota:** A definição aplica-se a uma organização estabelecida num **Estado-Membro**.

### 3.27 Operador

Qualquer pessoa física ou jurídica (singular ou coletiva) que, no **âmbito de uma atividade comercial**, **coloque produtos relevantes** no mercado da União ou os **exporte**, excluindo os **operadores a jusante**.

*(Fonte: EUDR 2.15)*

**Nota 1:** Uma **organização** pode atuar simultaneamente como operador, **operador a jusante** ou **comerciante**, dependendo da sua posição na cadeia de suprimentos.

**Nota 2:** Um **micro ou pequeno operador primário** é uma subcategoria de operador.

**Exemplos:**

• Uma empresa florestal estabelecida na UE colhe árvores de uma floresta que possui e vende as toras resultantes a uma serraria pela primeira vez. Ao fornecer as toras no mercado da UE no âmbito da sua atividade comercial, a empresa florestal **coloca** um produto relevante no mercado e é, portanto, um operador.

• Uma empresa madeireira da UE compra toras colhidas em um país fora da UE e as importa para a UE para venda a uma serraria da UE. Quando a empresa, identificada como importadora na declaração aduaneira, declara as toras para liberação para livre circulação, ela **coloca** as toras no mercado da UE pela primeira vez e é, portanto, um operador.

### 3.28 Organização

Pessoa ou grupo de pessoas que possui funções próprias com responsabilidades, autoridades e relações para atingir os seus objetivos.

**Nota 1:** No contexto desta norma, uma organização implementa os requisitos desta norma enquanto solicita ou detém um **certificado de Cadeia de Custódia reconhecido pelo PEFC** que inclui o **SDD PEFC EUDR** no seu escopo. Quando a norma se refere a "organizações", significa qualquer tipo de organização (organização estabelecida fora da UE, **operador**, **operador a jusante** ou **comerciante**).

**Nota 2:** No contexto das definições do EUDR de **operador**, **operador a jusante** e **comerciante**, "pessoa" significa uma pessoa física, uma pessoa jurídica ou qualquer associação de pessoas sem personalidade jurídica, mas reconhecida pelo direito da União ou nacional como tendo capacidade para praticar atos jurídicos.

*(Fonte: EUDR 2.20)*

### 3.29 Outras áreas arborizadas

terras ou áreas não classificadas como floresta, abrangendo mais de 0,5 ha, com árvores com mais de 5 m de altura e uma cobertura de dossel (copa) de 5 % a 10 %, ou com árvores capazes de alcançar esses parâmetros in situ, ou com uma cobertura combinada de arbustos, moitas e árvores acima de 10 %, excluindo terras que sejam predominantemente de uso agrícola ou urbano

*(Fonte: EUDR 2.12)*

### 3.30 Organismo autorizado pelo PEFC

Uma entidade autorizada pelo *PEFC Council* (PEFC Internacional) para realizar a administração do sistema PEFC em seu nome.

**Nota:** O organismo autorizado é o **Organismo Nacional de Gestão do PEFC** (PEFC NGB) que faz a gestão do sistema PEFC no seu país ou outra entidade autorizada pelo *PEFC Council*.

### 3.31 Organismo Nacional de Gestão do PEFC (PEFC NGBs)

Os NGBs do PEFC são organizações nacionais independentes estabelecidas para desenvolver e implementar um sistema PEFC nos respectivos países. Uma lista dos NGBs do PEFC e respetivos contatos pode ser consultada no site do PEFC.

### 3.32 Declaração PEFC-EUDR

A declaração de uma organização, indicada na documentação de venda e entrega como "**PEFC-EUDR**", de que um **produto relevante** passou pelo **SDD PEFC EUDR** e que o processo resultou na conclusão de risco nulo ou **insignificante**. Este prefixo de declaração deve ser sempre utilizado em conjunto com uma **declaração PEFC** conforme definido na norma PEFC ST 2002, 3.27, nomeadamente "100% de Origem PEFC", "X% certificado PEFC" ou "**Fontes controladas PEFC**".

**Exemplo**: PEFC-EUDR 100% de Origem PEFC, PEFC-EUDR X% certificado PEFC ou PEFC-EUDR **Fontes controladas PEFC.**

**Nota:** A declaração PEFC-EUDR aplica-se sempre a 100% do **produto relevante** a que se refere, independentemente da porcentagem de **material certificado PEFC** incluído no **produto relevante**. 100% de cada commodity / componente de produto que inclua uma declaração PEFC-EUDR deve cumprir esta norma e, portanto, ser rastreável, legal e **livre de desmatamento**, nunca podendo ter sido misturado com material desconhecido ou não conforme.

### 3.33 Categorias de material no SDD PEFC EUDR

As categorias de material para **produtos relevantes**, nomeadamente **PEFC-EUDR** e **Não PEFC-EUDR**.

**Nota:** A **organização** deve classificar o material de acordo com a norma PEFC ST 2002 e com esta norma modular do SDD PEFC EUDR.

### 3.34 Sistema de Devida Diligência PEFC EUDR (SDD PEFC EUDR)

Um conjunto de procedimentos e medidas, nomeadamente coleta de informações, avaliação de risco e mitigação de risco, implementado por uma organização para reduzir o risco de um **produto relevante** originar-se de **fontes controversas**, ser um **produto não conforme** ou ser misturado ao nível da cadeia de suprimentos com **fontes controversas** ou **produtos não conformes**. Além disso, o SDD PEFC EUDR inclui

requisitos relativos a **preocupações fundamentadas** e **preocupações fundamentadas no EUDR**, submissão de **declarações de devida diligência** e **declarações simplificadas**, proibição de colocação no mercado, relatórios às **autoridades competentes** e responsabilidade da **não colocação ou disponibilização** no mercado da União ou **exportar** um **produto relevante** que possa originar-se de **fontes controversas** ou ser um **produto não conforme**.

**Nota:** Cada **organização** permanece exclusivamente responsável por identificar e cumprir as obrigações do EUDR aplicáveis ao papel ou papéis que desempenha em cada transação.

### 3.35 PEFC-EUDR

A **categoria de material** que abrange um **produto relevante** fornecido com uma **declaração PEFC-EUDR** por um fornecedor coberto por um **certificado reconhecido pelo PEFC** que inclui o **SDD PEFC EUDR** no seu escopo.

### 3.36 Sistema de devida diligência reconhecido pelo PEFC (SDD)

Um sistema de devida diligência reconhecido pelo PEFC, nomeadamente:

a) o SDD de Cadeia de Custódia PEFC descrito na norma PEFC ST 2002;

b) o **SDD PEFC EUDR** descrito na norma PEFC ST-MO 2002-1; ou

c) um SDD de Cadeia de Custódia descrito numa norma de cadeia de custódia endossada pelo PEFC contra a norma PEFC ST 2002:2020.

**Nota:** A lista de normas de cadeia de custódia endossadas pelo PEFC contra a norma PEFC ST 2002:2020 pode ser consultada aqui.

### 3.37 Colocação no mercado da União

A primeira **disponibilização** de uma **commodity relevante** ou **produto relevante** no mercado da União.

*(Fonte: EUDR 2.16)*

**Nota:** "Colocação no mercado da União" é uma ocorrência específica de "**disponibilização**": é o primeiro fornecimento de cada **commodity relevante** ou **produto relevante** no mercado da União. Qualquer fornecimento subsequente desse mesmo produto no mercado da União constitui **disponibilização**, mas não colocação no mercado.

Por exemplo, quando um proprietário florestal na UE vende, pela primeira vez, toras colhidas a uma serraria, ele **coloca** essas toras no mercado da União. Se a serraria processa as toras, transformando-as em madeira serrada, e as vende, ela **coloca** um novo **produto relevante** no mercado da União. Um comerciante de madeira que, posteriormente, revende essa mesma madeira serrada sem transformá-la, apenas disponibiliza a madeira no mercado da União.

### 3.38 Plantação florestal *(plantation forests)*

**Floresta** que é intensivamente manejada e que atende, no plantio e na maturidade do povoamento, a todos os seguintes critérios: uma ou duas espécies, classe etária uniforme, espaçamento regular; isso inclui plantações de rotação curta para madeira, fibra e energia, e exclui florestas plantadas para proteção ou restauração de ecossistemas, bem como florestas estabelecidas por meio de plantio ou semeadura que, na maturidade do povoamento, se assemelhem ou se assemelharão a **florestas em regeneração natural**.

*(Fonte: EUDR 2.11)*

### *3.39* Floresta Plantada*(Planted forest)*

**Floresta** predominantemente constituída por árvores plantadas e/ou semeadas deliberadamente, desde que se preveja que as árvores plantadas ou semeadas constituam mais de 50 % do volume em crescimento na maturidade ; inclui as talhadias de árvores originalmente plantadas ou semeadas.

*(Fonte: EUDR 2.10)*

### 3.40 Parcela de terreno

Terreno dentro de um único bem imóvel, reconhecido pela legislação do **país de produção**, com condições suficientemente homogêneas que permitam uma avaliação do nível agregado de risco de **desmatamento** e **degradação florestal** associado às **commodities relevantes** florestais **produzidas** nesse terreno

*(Fonte: EUDR 2.27)*

### 3.41 Floresta primária

**Floresta em regeneração natural** de espécies arbóreas nativas, onde não há indicações claramente visíveis de atividades humanas e onde os processos ecológicos não são significativamente perturbados

*(Fonte: EUDR 2.8)*

### 3.42 Produzido

Cultivado, colhido, obtido ou criado em **parcelas de terreno** relevantes ou, no que diz respeito ao gado, em estabelecimentos.

*(Fonte: EUDR 2.14)*

### 3.43 Número de referência

O número de referência atribuído a um **operador** pelo **Sistema de Informação da UE** após a submissão de uma **declaração de devida diligência**.

**Nota 1:** O número de referência também é designado como número de referência da **declaração de devida diligência**.

**Nota 2:** Apenas uma **organização** definida como operador, **que não seja micro ou pequeno operador primário**, que **coloque** um **produto relevante** no mercado da União ou o exporte pode obter o número de referência.

### 3.44 Commodities relevantes (também nomeada produtos de base)

Gado bovino, cacau, café, óleo de palma, borracha natural, soja e madeira.

*(Fonte: EUDR 2.1)*

**Nota 1:** A lista de commodities relevantes está sujeita a revisão pela Comissão Europeia.

**Nota 2:** a definição “Commodities relevantes” usado no presente módulo normativo é equivalente à definição de “Produtos de base em causa” do EUDR 2.1 traduzido

### 3.45 Legislação pertinente do país de produção

As leis aplicáveis no **país de produção** relativas ao estatuto legal da área de produção em termos de:

a) direitos de uso da terra;
b) proteção ambiental;
c) regras relacionadas com as florestas, incluindo manejo florestal e conservação da biodiversidade, quando diretamente relacionadas com a extração de madeira;
d) direitos de terceiros;
e) direitos laborais;
f) direitos humanos protegidos pelo direito internacional;
g) o princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI), incluindo o que é estabelecido na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas; e
h) regulamentação fiscal(taxas), anticorrupção, comercial e aduaneira.

*(Fonte: EUDR 2.40)*

### 3.46 Produto relevante (também nomeado produto derivado)

Um produto listado no Anexo I do EUDR que contenha, tenha sido alimentado com ou tenha sido fabricado utilizando uma **commodity relevante**.

*(Fonte: EUDR 2.2)*

**Nota 1:** O Anexo I do EUDR está sujeito a revisão periódica pela Comissão Europeia.

**Nota 2:** O escopo desta norma limita-se aos produtos relevantes fabricados a partir de **material florestal e de árvores** e para **produtos florestais e de árvores.**

*(Fonte: EUDR 2.2)*

**Nota 3:** a definição "Produtos relevantes" usado no presente módulo normativo é equivalente à definição de "Produtos derivados em causa" do EUDR 2.2 traduzido.

### 3.47 Risco significativo

O nível de risco identificado na sequência de uma avaliação de risco realizada em conformidade com os requisitos aplicáveis do SDD PEFC EUDR, indicando que há motivo de preocupação de que o **produto relevante** se origine de **fontes controversas**, seja um **produto não conforme** ou tenha sido misturado ao nível da cadeia de suprimentos com **produtos relevantes** de origem desconhecida, material originário de **fontes controversas** ou **produtos não conformes**.

*(Fonte: com base no EUDR 2.26)*

### 3.48 Declaração simplificada

Um documento submetido ao **Sistema de Informação da UE** que uma **organização** definida como **micro ou pequeno operador primário** deve disponibilizar às **autoridades competentes**, assumindo a sua responsabilidade pela conformidade do **produto relevante** com o EUDR.

**Nota 1:** Uma declaração simplificada é uma declaração única referida no artigo 4º do EUDR. É submetida numa base única. A **organização** pode atualizar a sua declaração simplificada após quaisquer alterações importantes nas informações fornecidas.

**Nota 2:** As informações a serem incluídas na declaração simplificada constam no Anexo III do EUDR e no Anexo 2 desta norma.

### 3.49 PME (*SME)*

"Micro, pequena e média empresa" ou "PME" designa as micro, pequenas e médias empresas, independentemente da sua forma jurídica, conforme o artigo 3.º(1), e do artigo 3.º(2), primeiro parágrafo, e do artigo 3.º(3), respetivamente, da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

*(Fonte: EUDR 2.30)*

**Nota:** A definição aplica-se a uma **organização** estabelecida num **Estado-Membro.**

### 3.50 Comerciante *(Trader)*

Qualquer pessoa na cadeia de suprimentos, que não seja um **operador** ou **operador a jusante**, que, no **âmbito de uma atividade comercial**, **disponibilize produtos relevantes** no mercado da União.

(Fonte: EUDR 2.17)

**Nota 1: Comerciantes PME e não PME** estão sujeitos a requisitos diferentes.

**Nota 2:** Uma **organização** pode atuar simultaneamente como **operador**, **operador a jusante** ou comerciante, dependendo da sua posição na cadeia de suprimentos.
*(Fonte: EUDR 2.17)*

### 3.51 Resíduos

Qualquer substância ou objeto de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer.
*(Fonte: Diretiva 2008/98/EC, 3.1; referenciada no Anexo 1 do EUDR)*

# 4. Requisitos do Sistema de Devida Diligência (SDD) PEFC EUDR

## 4.1 Geral

**4.1.1** A **organização** deve operar um **SDD PEFC EUDR** para minimizar o risco de que um **produto relevante** que adquire se origine de, ou seja misturado ao nível da cadeia de suprimentos com **fontes controversas** ou **produtos não conformes**.

**4.1.2** A **organização** deve definir, ao nível do grupo de produtos, qual **SDD** irá implementar: seja o **SDD PEFC EUDR** ou o **SDD de Cadeia de Custódia PEFC**.

**4.1.3** A **organização** deve garantir que qualquer **produto relevante** que ingresse em um **grupo de produtos PEFC** para o qual o **SDD PEFC EUDR** seja aplicado passe pelo **SDD PEFC EUDR** e resulte em **risco** nulo ou **insignificante** antes que o método de cadeia de custódia PEFC seja implementado.

*(Fonte: com base no EUDR 4.1)*

**4.1.4** A **organização** deve implementar o SDD PEFC EUDR conforme as três etapas a seguir:

a) Coleta de informação (Capítulo 5)

b) Avaliação de risco (Capítulo 6)

c) Mitigação de risco, quando aplicável (Capítulo 8)

*(Fonte: EUDR 8.2)*

**Nota:** A implementação desta norma modular é voluntária. No entanto, uma vez que uma **organização** opte por implementá-la, as três etapas especificadas em 4.1.4 aplicam-se como requisitos de certificação PEFC, independentemente do papel da organização sob o EUDR. Isso inclui **operadores a jusante** e **comerciantes**, que não são obrigados pelo EUDR a exercer devida diligência. Inclui também **micro ou pequenos operadores primários**, que geralmente estão isentos das obrigações de avaliação de risco e mitigação de risco nos termos dos artigos 10 e 11 do EUDR, a menos que informações relevantes indiquem risco de não conformidade. Estes requisitos PEFC adicionais permitem que tais **organizações** emitam e repassem **declarações PEFC-EUDR**. Eles não modificam as obrigações legais da organização sob o EUDR.

**4.1.5** Além disso, a organização deve concluir as seguintes etapas:

a) Tratar **preocupações fundamentadas** (capítulo 7).

b) Submeter, quando exigido, uma **declaração de devida diligência** (para um **operador** que não **seja micro ou pequeno operador primário**) ou uma **declaração simplificada** única (para um **micro ou pequeno operador primário**) através do **Sistema de Informação da UE** (seção 9.1).

**Nota:** Caso todas as informações listadas no Anexo III estejam disponíveis em um sistema ou base de dados existente ao abrigo do Direito da União ou de um Estado-Membro, que não seja o sistema de informação referido no artigo 33.º do EUDR (**Sistema de Informação da UE**), o **micro ou pequeno operador primário** não é obrigado a submeter uma **declaração simplificada** única em conformidade com o artigo 4º(2) do EUDR.

*(Fonte: com base no EUDR 40.4)*

c) Reportar publicamente sobre o seu **Sistema de Devida Diligência** em base anual, caso a **organização** seja definida como **não PME** (seção 9.2).

d) Registrar-se no **Sistema de Informação da UE** como **comerciante não PME** ou **operador a jusante não PME** (seção 9.3).

e) Não colocar no mercado fontes desconhecidas, **fontes controversas** ou **produtos não conformes** (capítulo 10).

**4.1.6** A **organização** deve fornecer aos seus **clientes PEFC** as informações exigidas nos termos da seção 4.4 e do capítulo 5, conforme aplicável.

**4.1.7** A **organização** deve rever o seu **SDD PEFC EUDR** pelo menos anualmente e sempre que tomar conhecimento de novos desenvolvimentos ou alterações de informações que possam afetar o **SDD**. Quando necessário, a **organização** deve revisar o **SDD** para considerar esses desenvolvimentos.

*(Fonte: EUDR 12.2)*

**4.1.8** Uma **organização** definida como **operador**, **operador a jusante** ou **comerciante** deve prestar toda a assistência necessária às **autoridades competentes** no cumprimento das suas obrigações ao abrigo do **EUDR**, incluindo a concessão de acesso às suas instalações e a disponibilização de toda a documentação e registos relacionados com o seu **SDD PEFC EUDR**.

*(Fonte: EUDR 4.6)*

**4.1.9** A **organização** deve oferecer toda a assistência necessária ao organismo de certificação na condução de auditorias não anunciadas, quando necessário.

**4.1.10** A **organização** deve oferecer toda a assistência necessária ao *PEFC Council* ou a um **organismo autorizado PEFC** na realização de atividades sob o sistema de monitoramento e avaliação da certificação do SDD PEFC EUDR, incluindo:

a) fornecer, além do relatório de auditoria, dados relevantes relacionados com suas atividades de certificação PEFC, conforme solicitado pelo PEFC;

**Nota**: O PEFC publicará um documento de implementação especificando os dados relevantes a serem disponibilizados.
**Exemplo:** Dados relevantes podem referir-se ao volume anual de material certificado PEFC e não certificado adquirido, volume de material vendido como certificado PEFC e/ou Fontes controladas PEFC, volume de material vendido com **declaração PEFC-EUDR**, principais espécies adquiridas e países de origem.

b) permitir que o pessoal do secretariado do *PEFC Council* ou pessoal do organismo autorizado pelo PEFC participe como observador durante as auditorias;

c) conceder acesso às suas instalações; e

d) disponibilizar toda a documentação e registos relacionados com o **SDD PEFC EUDR.**

Tal assistência deve estar sujeita a prévio acordo e coordenação entre o PEFC, a **organização** e o seu organismo de certificação.

**4.1.11** A **organização** deve registrar dados relevantes relacionados com suas atividades de certificação PEFC no banco de dados do PEFC, conforme exigido pelo *PEFC Council* ou por um **organismo autorizado PEFC**, para que o PEFC possa conduzir suas atividades de monitoramento e avaliação.

**Nota**: O documento de implementação que o PEFC publicará especificando os dados a serem fornecidos,

incluirá também finalidade, regras de acesso/publicação, retenção, processo de correção e salvaguardas de segurança.

**4.1.12** A **organização** deve informar imediatamente o seu organismo de certificação caso seja submetida a um processo de sanção ou investigação legal que possa afetar a conformidade com o EUDR, esta norma ou a certificação PEFC em geral.

## 4.2 Requisitos adicionais do sistema de gestão

**4.2.1** A **organização** deve estabelecer procedimentos escritos para implementar o **SDD PEFC EUDR** no âmbito do seu sistema de gestão da cadeia de custódia. Esses procedimentos devem ser mantidos atualizados.

*(Fonte: EUDR 12.1)*

**4.2.2** Uma **organização** definida como **operador não PME** deve designar um membro do pessoal como seu oficial de conformidade com o EUDR.

*(Fonte: EUDR 11.2a)*

**Nota:** O oficial de conformidade com o EUDR pode ser a mesma pessoa designada como responsável pela Cadeia de Custódia PEFC da organização em conformidade com a norma PEFC ST 2002, 4.3.1.2.

**4.2.3** A **organização** deve reter toda a documentação relativa a cada **produto relevante** relacionada com o seu **SDD PEFC EUDR** por pelo menos cinco anos. Para os **operadores**, o período de cinco anos deve ser calculado a partir da data em que os **produtos relevantes** são **colocados** no mercado ou **exportados**. A documentação deve incluir todos os registos, medidas e procedimentos estabelecidos nos capítulos 5, 6 e 8, bem como quaisquer outros registos exigidos por esta norma.

*(Fonte: EUDR 9.1, 12.2 e 12.5)*

## 4.3 Requisitos adicionais para a identificação do material de entrada

**4.3.1** Para cada **produto relevante** utilizado como entrada para um **grupo de produtos PEFC** para o qual o **SDD PEFC EUDR** seja aplicado, além da documentação especificada na norma PEFC ST 2002, 5.1.1, a **organização** deve obter:

a) Informações do fornecedor que identifiquem a quantidade do **produto relevante**, da seguinte forma:

   i. Para um **produto relevante** que ingresse no mercado da União ou seja **exportado**, a quantidade deve ser expressa em quilogramas de massa líquida e, quando aplicável, na unidade suplementar estabelecida no Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 (*) em face do código do Sistema Harmonizado indicado; ou

   ii. Em todos os outros casos, a quantidade deve ser expressa em massa líquida ou, quando aplicável, volume ou número de itens. Uma unidade suplementar pode ser utilizada quando definida de forma consistente para todas as subposições possíveis sob o código do Sistema Harmonizado referido na **declaração de devida diligência** ou quando fornecida como parte da **declaração simplificada**.

   *(Fonte: EUDR 9.1b)*

b) Além das declarações de Cadeia de Custódia PEFC aplicáveis, a **declaração PEFC-EUDR** aplicável a cada produto declarado;

c) Quaisquer informações adicionais exigidas para implementar o **SDD PEFC EUDR**.

**4.3.2** Para um **produto relevante** fornecido com uma **declaração PEFC-EUDR**, a **organização** deve verificar no site do PEFC que:

a) o fornecedor detém um **certificado reconhecido pelo PEFC** que inclui o **SDD PEFC EUDR** no seu escopo;

**b)** o **produto relevante** está coberto pelo escopo do **SDD PEFC EUDR.**

**4.3.3** Para cada **produto relevante** utilizado como entrada para um **grupo de produtos PEFC** para o qual o **SDD PEFC EUDR** seja aplicado, a **organização** deve classificar o **produto relevante**, além das **categorias de material** especificadas na norma PEFC ST 2002, de acordo com as seguintes **categorias de material do SDD PEFC EUDR**:

**a) PEFC-EUDR**

**b) Não PEFC-EUDR**

## 4.4 Requisitos adicionais para a declaração de saída

**4.4.1** Para a saída de um **grupo de produtos PEFC** para o qual a **organização** emita uma **declaração PEFC-EUDR** a um **cliente PEFC**, a **organização** deve fornecer ao cliente documentação contendo as seguintes informações:

a) Informações que identifiquem a quantidade do **produto relevante**, da seguinte forma:

i. Para um **produto relevante** que ingresse no mercado da União ou seja exportado, a quantidade deve ser expressa em quilogramas de massa líquida e, quando aplicável, na unidade suplementar estabelecida no Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 (*) em face do código do Sistema Harmonizado indicado; ou

ii. Em todos os outros casos, a quantidade deve ser expressa em massa líquida ou, quando aplicável, volume ou número de itens. Uma unidade suplementar deve ser utilizada quando definida de forma consistente para todas as subposições possíveis sob o código do Sistema Harmonizado referido na **declaração de devida diligência** ou quando fornecida como parte da **declaração simplificada**.

*(Fonte: EUDR 9.1b)*

b) A **declaração PEFC-EUDR** aplicável a cada produto declarado, além das declarações de Cadeia de Custódia PEFC aplicáveis.

c) Caso a **organização** seja definida como **operador** que não seja **micro ou pequeno operador primário**, o **número de referência** da **declaração de devida diligência** ou, caso a organização seja definida como **micro ou pequeno operador primário**, o **identificador de declaraçã**o.

d) Quaisquer informações adicionais solicitadas pelo **cliente PEFC** para implementar o **SDD PEFC EUDR** (ver também 5.1.1).

# 5. Coleta de informação

## 5.1 Geral

**5.1.1** Para que um **produto relevante** seja classificado como **PEFC-EUDR**, uma **organização** definida como **operador**, ou uma **organização** estabelecida fora da União Europeia, deve obter do seu fornecedor, ou reter informações, caso obtenha o **produto relevante** diretamente da floresta, e manter registros das seguintes informações:

*a)* Uma descrição, incluindo o nome comercial e o tipo do **produto relevante**, bem como, no caso de um **produto relevante** que contenha ou tenha sido fabricado utilizando madeira, o nome comum da espécie e o seu nome científico completo. A descrição do produto deve incluir a lista de **commodities relevantes** ou **produtos relevantes** neles contidos ou utilizados para fabricar o produto.

*(Fonte: EUDR 9.1(a))*

b) O **país de produção** do **produto relevante** e, quando aplicável, as partes do mesmo.
*(Fonte: EUDR 9.1(c), EUDR 2.24)*

**Nota:** No contexto desta norma, o **país de produção** significa o país de extração (colheita).

c) A **geolocalização** de todas as **parcelas de terreno** onde **o produto relevante** foi **produzido**. Para um **micro ou pequeno operador primário**, a **geolocalização** pode ser substituída pelo endereço postal das parcelas de terreno.
*(Fonte: EUDR 9.1(d), EUDR 2.28)*

d) A data ou o intervalo de tempo da produção.
*(Fonte: EUDR 9.1(d) e EUDR 2.14)*

**Nota:** No contexto desta norma, produção significa extração (colheita).

e) O nome, o endereço postal e o endereço de correio eletrônico de qualquer empresa ou pessoa que tenha fornecido o **produto relevante**.
*(Fonte: EUDR 9.1(e))*

f) O nome, o endereço postal e o endereço de correio eletrônico de qualquer empresa, **operador a jusante** ou **comerciante** a quem o **produto relevante** tenha sido fornecido.
*(Fonte: EUDR 9.1(f))*

g) Informações adequadas, conclusivas e verificáveis de que os produtos relevantes são **livres de desmatamento**.
*(Fonte: EUDR 9.1(g))*

h) Informações adequadas, conclusivas e verificáveis de que as **commodities relevantes** foram **produzidas** em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção**, incluindo qualquer acordo que confira os direitos de utilizar a respetiva área para os fins da produção da **commodity relevante**.
*(Fonte: EUDR 9.1(h))*

**5.1.2** Para que um **produto relevante** seja classificado como **PEFC-EUDR**, a **organização** que fornece o **produto relevante** a um **operador** ou a uma organização estabelecida fora da União Europeia deve fornecer todas as informações especificadas em 5.1.1 junto com a **declaração PEFC-EUDR**. Onde o **produto relevante** originar-se diretamente da floresta, deve ser entregue com uma declaração válida de 100% certificado PEFC por um fornecedor coberto por um certificado reconhecido pelo PEFC em uma norma de manejo florestal endossada pelo PEFC adaptada ao EUDR, ou com outra declaração de sistema endossado pelo PEFC.

**Nota 1**: As normas endossadas pelo PEFC, à medida que forem adaptadas ao EUDR, serão listadas no site do PEFC.

**Nota 2:**As normas endossadas pelo PEFC podem utilizar declarações específicas do sistema. Uma lista dessas declarações está disponível no site do PEFC.

**5.1.3** Para que um **produto relevante** seja classificado como **PEFC-EUDR**, uma **organização** definida como **operador a jusante** ou **comerciante** deve obter do seu fornecedor e manter registos de:

a) A **declaração PEFC-EUDR**.

b) O nome, o nome comercial registado ou marca registada, o endereço postal, o endereço de correio eletrônico e, quando disponível, o site do **operador**, **operador a jusante** ou **comerciante** que forneceu o **produto relevante**.

c) O nome, o nome comercial registado ou marca registada, o endereço postal, o endereço de correio eletrônico e, quando disponível, o site do **operador a jusante** ou **comerciante** a quem o **produto relevante** foi fornecido.

d) Caso o fornecedor do **produto relevante** seja um **operador** que fornece o **número de referência** correspondente da **declaração de devida diligência** ou o **identificador de declaração** associado a esse **produto relevante**, o **operador a jusante** ou o **comerciante** deve manter um registo desta informação.

*(Fonte: EUDR 5.3)*

**5.1.4** Uma **organização** definida como **operador a jusante** ou **comerciante** só deve **exportar**, **colocar** ou **disponibilizar** no **mercado da União** um **produto relevante** se estiver possuir as informações exigidas no requisito 5.1.3. A **organização** deve reter estas informações por pelo menos cinco anos a partir da data em que o **produto relevante** é **exportado**, **colocado** ou **disponibilizado** no **mercado da União**, e deve fornecê-las às **autoridades competentes** mediante solicitação.

*(Fonte: EUDR 5.1 e 5.4)*

**5.1.5** Mediante solicitação, a **organização** deve fornecer ao seu **cliente PEFC** quaisquer informações especificadas em 5.1.1, ou quaisquer outras informações que o **cliente PEFC** possa exigir para confirmar que um **produto relevante** apresenta **risco** nulo ou **insignificante**. Caso a **organização** não possua a informação solicitada, o pedido deve ser repassado ao(s) fornecedor(es) da organização.

**5.1.6**Para um **produto relevante** classificado como **Não PEFC-EUDR**, uma **organização** definida como **operador** ou **organização** estabelecida fora da União Europeia deve obter todas as informações exigidas no requisito 5.1.1. Caso qualquer informação obrigatória exigida no 5.1.1 esteja indisponível, incompleta ou não seja verificável, o produto não deve ser classificado como **PEFC-EUDR,** não deve ingressar no grupo de produtos PEFC relevante e não deve ser **colocado** no mercado da União ou **exportado** até que o requisito de informação seja integralmente cumprido.

**5.1.7** Uma **organização** definida como **operador** deve, mediante solicitação, disponibilizar às autoridades competentes as informações, documentos e dados coletados nos termos de 5.1.1, 4.3.1(a) e 4.4.1(a). *(Fonte: EUDR 9.2)*

***Tabela 3: Requisitos de informação associados às categorias de material do SDD PEFC EUDR para uma organização definida como operador ou organização estabelecida fora da União Europeia***

| | **Categoria de material** | |
|---|---|---|
| **Requisitos para a coleta de informação** | PEFC-EUDR | Não PEFC-EUDR |
| Informação especificada no 5.1.1 | X | X |
| Declaração PEFC-EUDR, ou uma declaração válida 100% certificado PEFC proveniente de um fornecedor abrangido por um certificado reconhecido pelo PEFC, referente a uma norma de manejo florestal adaptada ao EUDR endossada pelo PEFC, ou outra declaração de um sistema endossado pelo PEFC. | X | |

***Tabela 4: Requisitos de informação associados às categorias de material do SDD do PEFC para o EUDR, aplicáveis a uma organização definida como operador a jusante ou comerciante***

| | **Categoria de material** | |
|---|---|---|
| **Requisitos para a coleta de informação** | PEFC-EUDR | Não PEFC-EUDR |
| Informações especificadas de 5.1.3 a 5.1.5 | X | X |
| Declaração PEFC-EUDR | X | |

# 6. Avaliação de risco

## 6.1 Geral

**6.1.1** A **organização** deve analisar e verificar a origem, a confiabilidade, a validade e os links para outra documentação disponível das informações coletadas em conformidade com os capítulos 4 e 5, juntamente com qualquer outra documentação relevante. Uma vez analisadas e positivamente verificadas tais informações, a **organização** deve realizar uma avaliação de risco para cada **produto relevante** utilizado como entrada para um **grupo de produtos PEFC** para o qual **o SDD PEFC EUDR** seja aplicado, exceto para quaisquer **produtos relevantes** que cumpram a definição de material reciclado do PEFC.

*(Fonte: EUDR 10.1 e 10.2(g))*

**Nota:** As obrigações de avaliação de risco do EUDR diferem de acordo com o papel da organização. **Operadores a jusante** e **comerciantes** não são obrigados pelo EUDR a conduzir uma avaliação de risco, enquanto **micro ou pequenos operadores primários** estão isentos dos requisitos do Artigo 10, a menos que tenham conhecimento de informações relevantes que indiquem risco de não conformidade. No entanto, para os fins da certificação PEFC, o item 6.1.1 aplica-se a qualquer **organização** que implemente o **SDD PEFC EUDR** para o grupo de produtos relevante. Onde não exigido pelo EUDR, a avaliação de risco constitui um requisito de certificação PEFC adicional que apoia a classificação do material de entrada e a emissão e repasse de **declarações PEFC-EUDR**. Isso não modifica as obrigações legais da organização sob o EUDR.

**6.1.2** A avaliação de risco deve estabelecer se existe o risco de o **produto relevante** destinado a ser **colocado** no mercado ou **exportado** da União originar-se de **fontes controversas** (norma PEFC ST 2002, definição 3.7) ou ser um **produto não conforme** (definição 3.24 deste documento).

*(Fonte: EUDR 10.1)*

**6.1.3** A **organização** não deve utilizar o **produto relevante** como entrada para um grupo de produtos PEFC e não deve **colocar** ou **exportar** do mercado da União, a menos que a avaliação de risco conclua que o **produto relevante** apresenta **risco** nulo ou **insignificante**.

*(Fonte: EUDR 10.1)*

**6.1.4** A **organização** deve avaliar e documentar os seguintes riscos:

a) O risco de que o **produto relevante** se origine de uma área onde ocorreu **desmatamento** ou **degradação florestal** após 31 de dezembro de 2020 (seção 6.2).

b) O risco de que o **produto relevante** não tenha sido produzido em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção** (seção 6.3).

c) O risco de que o **produto relevante** se origine de atividades em que a capacidade das **florestas** de produzir uma variedade de produtos florestais madeireiros e não madeireiros e serviços em bases sustentáveis não seja mantida, os níveis de colheita excedam uma taxa sustentável a longo prazo, ou sejam utilizadas **árvores geneticamente modificadas** (seção 6.4).

**Nota:** O item (c) corresponde aos elementos (b) e (i) da definição de **fontes controversas** na norma PEFC ST 2002, 3.7, e que não são cobertos pelo EUDR. Para garantir que o material com **declaração PEFC-EUDR** cumpra integralmente os requisitos do PEFC relativos a **fontes controversas**, as **organizações** que implementam o **SDD PEFC EUDR** também precisam abordar esses elementos da definição de **fontes**

**controversas** do PEFC que vão além do EUDR.

d) O risco de que o EUDR ou quaisquer requisitos aplicáveis desta norma sejam contornados ou o risco de que o **produto relevante** seja misturado ao nível da cadeia de suprimentos com **fontes controversas** ou **produtos não conformes** (seção 6.5).

**6.1.5** A avaliação de risco da organização deve resultar na classificação do **produto relevante** utilizado como entrada nas seguintes categorias de risco:

a) Risco nulo ou **insignificante**; ou

b) **Risco significativo**.

**6.1.6** Antes de classificar o **produto relevante** como de **risco** nulo ou **insignificante**, a **organização** deve assegurar que não existe nenhuma **preocupação fundamentada** ou **preocupação fundamentada no EUDR,** ou que qualquer **preocupação fundamentada** ou **preocupação fundamentada no EUDR** tenha sido resolvida.

*(Fonte: com base no EUDR 10.2 (l))*

**6.1.7** Caso a **organização** classifique o **produto relevante** como de **risco significativo** em uma ou mais das áreas de avaliação de risco descritas nas seções 6.2 a 6.5, a **organização** deve gerenciar o risco identificado em conformidade com o capítulo 8 (mitigação de risco).

*(Fonte: com base no EUDR 11.1)*

**6.1.8** Quando uma **organização** definida como **operador a jusante** ou **comerciante** tomar conhecimento de que o seu fornecedor (quando este for um **operador**) falhou no cumprimento da obrigação de fornecer o **número de referência** da **declaração de devida diligência** ou o **identificador de declaração**, a organização deve abster-se de colocar ou disponibilizar o **produto relevante** no mercado da União (Art. 5(1) EUDR).

*(Fonte: EUDR 3.c, 4.7, 5.1 e 5.3(a), FAQ 5ª, 3.5)*

**6.1.9** Ao conduzir a avaliação de risco, a **organização** deve considerar:

a) As conclusões das reuniões dos grupos de peritos da Comissão Europeia que apoiam a implementação do EUDR, conforme publicadas no Registo de Grupos de Peritos da Comissão Europeia.

*(Fonte: EUDR 10.2(k))*

b) As origens, a confiabilidade, a validade e os links para outra documentação disponível referidos em 4.3 e 5, juntamente com qualquer informação que indique que o **produto relevante** não cumpre o EUDR.

*(Fonte: EUDR 10.2(g))*

**6.1.10** A **organização** deve documentar e reter registos do processo de avaliação de risco, incluindo as informações e evidências reunidas, devendo ser capaz de demonstrar como as informações e evidências foram avaliadas em relação aos critérios de avaliação de risco estabelecidos nas seções 6.2 a 6.5 e como o nível de risco foi determinado.

*(Fonte: com base no EUDR 10.1 e 10.4)*

**6.1.11** A avaliação de risco deve ser documentada e revista pelo menos anualmente e, sempre que necessário, revisada. Deve também ser revista e, se necessário, revisada sempre que ocorram

alterações nas informações listadas nas seções 4.3 e 5, ou quando a **organização** tomar conhecimento de novos desenvolvimentos que possam afetar o seu **SDD PEFC EUDR**.

*(Fonte: EUDR 10.4, 12.1 e 12.2)*

## 6.2 Avaliação do risco de que o produto relevante se origine de área com desmatamento ou degradação florestal após 31 de dezembro de 2020

**6.2.1** A **organização** pode classificar um **produto relevante** como de **risco** nulo ou **insignificante** de originar-se de área onde ocorreu desmatamento ou degradação florestal após 31 de dezembro de 2020 se qualquer um dos indicadores da Tabela 5 for aplicável.

*(Fonte: com base no EUDR 10.2)*

***Tabela 5: Indicadores de risco nulo ou insignificante de que um produto relevante seja proveniente de uma área onde tenha ocorrido desmatamento ou degradação florestal após 31 de dezembro de 2020***

| |
|---|
| i. O **produto relevante** foi entregue com uma **declaração PEFC-EUDR** e informações adicionais conforme o capítulo 5, por um fornecedor que possui um certifi**cado reconhecido pelo PEFC** que tenha o **SDD PEFC EUDR** no seu escopo e implementou o **SDD PEFC EUDR** para o **produto relevante** específico.<br>**Exemplo: PEFC-EUDR** X% Certificado PEFC |
| ii. O **produto relevante** é originário de um **país de produção**, ou partes dele, onde não há prevalência de **desmatamento** ou **degradação florestal** e para o qual a Comissão Europeia atribui um **nível de risco do país** baixo.<br>*(Fonte: EUDR 13.1)* |
| iii. O **produto relevante** foi entregue com uma declaração válida 100% certificado PEFC, ou com uma declaração equivalente de um sistema endossado pelo PEFC, de um detentor de certificado de manejo florestal sustentável PEFC de acordo com uma norma endossada pelo PEFC que é adaptada ao EUDR.<br>**Nota:** À medida que as normas endossadas pelo PEFC forem adaptadas ao EUDR, elas estarão disponíveis no site do PEFC. |
| iv. O **produto relevante** foi entregue com uma declaração de que está totalmente certificado por um sistema de certificação florestal adaptado ao EUDR, distinto de um sistema reconhecido pelo PEFC. A declaração foi acompanhada por um certificado válido, emitido por um organismo de certificação de terceira parte independente. A **organização** deve verificar, avaliar e demonstrar que o sistema de certificação florestal foi adaptado e está alinhado ao EUDR.<br>**Nota:** Caso o fornecedor da organização seja um **operador**, as informações de entrega devem incluir o **número de referência** ou o **identificador da declaração**. |
| v. Para o **produto relevante**, a organização:<br>a) obteve a **geolocalização** de todas as **parcelas de terreno** onde o **produto relevante** foi **produzido**, bem como a data ou o período de produção;<br>b) verificou essas informações para demonstrar que o **produto relevante** não é proveniente de uma área onde tenha ocorrido **desmatamento** ou **degradação florestal** após 31 de dezembro de 2020; e<br>c) registrou as evidências. |

## 6.3 Avaliação do risco de que o produto relevante não tenha sido produzido em conformidade com a legislação pertinente do país de produção

**6.3.1** A **organização** pode classificar um **produto relevante** como de **risco** nulo ou **insignificante** de não ter sido **produzido** em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção** se qualquer um dos indicadores da Tabela 6 for aplicável.

*(Fonte: com base no EUDR 10.2)*

**Nota: Nota:** A organização pode recorrer a ferramentas disponibilizadas pela Comissão Europeia, como o repositório da legislação aplicável nos países de produção.

***Tabela 6: Indicadores de risco nulo ou insignificante de que um produto relevante não foi produzido em conformidade com a legislação aplicável do país de produção.***

| |
|---|
| i. O **produto relevante** foi entregue com uma **declaração PEFC-EUDR** e informações adicionais conforme especificado no Capítulo 5, por um fornecedor que possui um **certificado reconhecido pelo PEFC** com o **SDD PEFC EUDR** no seu escopo e implementou **o SDD PEFC EUDR** para o produto relevante específico.<br>**Exemplo: PEFC-EUDR** X% Certificado PEFC |
| ii. O **produto relevante** foi entregue com uma declaração válida 100% certificado PEFC, ou com uma declaração equivalente de um sistema endossado pelo PEFC, de um detentor de certificado de manejo florestal sustentável PEFC, certificado de acordo com uma norma endossada pelo PEFC que é adaptada ao EUDR.<br>**Nota:** À medida que as normas endossadas pelo PEFC forem adaptadas ao EUDR, elas estarão disponíveis no site do PEFC. |
| iii. Um **produto relevante** que se enquadre no escopo do Regulamento (CE) n.º 2173/2005 e esteja coberto por uma licença FLEGT válida de um sistema de licenciamento operacional. Dessa forma, será considerado em conformidade com o Artigo 3.º, alínea b), do EUDR.<br>*(Fonte: EUDR 10.3)* |
| iv. O produto relevante foi entregue com uma declaração de que é totalmente certificado por um esquema de certificação florestal adaptado ao EUDR, distinto de sistema reconhecido pelo PEFC. Essa declaração foi acompanhada por um certificado válido, emitido por um organismo de certificação de terceira parte independente. A **organização** deve verificar, avaliar e demonstrar que o sistema de certificação florestal foi adaptado e está alinhado ao EUDR.<br>**Nota:** Caso o fornecedor da organização seja um **operador**, o material deve incluir o **número de referência** ou o **identificador da declaração**. |

**6.3.2** Se nenhum dos indicadores da Tabela 6 for aplicável, a **organização** pode classificar um **produto relevante** como de **risco** nulo ou **insignificante** de não ter sido **produzido** em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção** se todos os indicadores da Tabela 7 forem aplicáveis.

*(Fonte: com base no EUDR 10.2)*

***Tabela 7: Indicadores complementares de risco nulo ou insignificante de que um produto relevante não foi produzido em conformidade com a legislação pertinente do país de produção***

i. Análise e verificação documentadas que confirmem a ausência dos seguintes fatores em relação ao **produto relevante** e ao país de produção, ou parte dele:

a) Prevalência de

I. corrupção

II. falsificação de documentos e dados

*(Fonte: EUDR 10.2(h))*

b) Espécies arbóreas presentes no **produto relevante** que sejam conhecidas pela prevalência, no país ou região, de atividades abrangidas pelo termo "**fontes controversas**" (PEFC ST 2002, 3.7(a) ou (b)), ou de atividades que não estejam em conformidade com o EUDR.

**Nota:** A confiabilidade das espécies declaradas nos termos do requisito 5.1.1(a) é, por si só, um elemento relevante para a avaliação. Consulte os requisitos 8.1.2(c) e 8.3.2.

c) Ausência de:

I. aplicação da lei

II. proteção Ambiental

III. normas relacionadas a florestas, incluindo manejo florestal e conservação da biodiversidade, quando diretamente relacionadas à colheita, e/ou baixo nível de governança florestal e aplicação da lei

*(Fonte: EUDR 2.40(b) e (c) e 10.2(h))*

d) Violações de:

I. Direitos de uso da terra

II. Direitos de terceiros

III. Direitos laborais/trabalhistas

*(Fonte: EUDR 2.40(a),(d) e (e))*

**Nota:** As **organizações** podem considerar obrigações relativas a direitos laborais/trabalhistas reconhecidos internacionalmente, como aquelas estabelecidas na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

IV. Direitos humanos internacionais

e) Presença de:

I. conflito armado ou comércio de madeira proveniente de **áreas em conflito**

II. sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU ou pelo Conselho da União Europeia

III. violações de normas fiscais, anticorrupção, comerciais e aduaneiras

*(Fonte: EUDR 10.2(h), 2.40(h), PEFC ST 2002, 3.7(h))*

ii. O **produto relevante** é originário de um **país de produção**, ou de parte dele, onde não há presença de povos indígenas. Caso haja presença de povos indígenas no **país de produção**, ou em parte dele, aplicam-se todos os seguintes pontos:

a) Houve consulta e cooperação, de boa-fé, com os povos indígenas no **país de produção**, ou em parte dele.

b) Não existem reivindicações devidamente fundamentadas por parte de povos indígenas, estabelecidas em informações objetivas e verificáveis, relativas ao uso ou à propriedade da área utilizada para a produção da **commodity relevante**.

c) Há conformidade com o princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI), incluindo aqueles estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

**Nota:** O item (c) deve ser interpretado no contexto da legislação aplicável no **país de produção**, no que diz respeito ao status jurídico da área de produção.

*(Fonte: EUDR 10.2(c), (d) e (e))*

### 6.4 Avaliação do risco de que o produto relevante seja proveniente de atividades nas quais a capacidade das florestas de produzir uma variedade de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como serviços de forma sustentável não seja mantida, os níveis de colheita excedam uma taxa que possa ser sustentada a longo prazo, ou sejam utilizadas árvores geneticamente modificadas

**6.4.1** A **organização** pode classificar **produtos relevantes** entregues com uma declaração PEFC válida por um **fornecedor** que detém um **certificado reconhecido pelo PEFC** como de risco nulo ou **insignificante** de originarem-se de atividades em que a capacidade das florestas de produzir uma variedade de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como serviços de forma sustentável não seja mantida, os níveis de colheita excedam uma taxa que possa ser sustentada a longo prazo, ou sejam utilizadas **árvores geneticamente modificadas**.

**6.4.2** Para um **produto relevante** que não seja entregue com uma declaração PEFC por um **fornecedor** que detém um **certificado reconhecido pelo PEFC**, a **organização** pode classificá-lo como de risco nulo ou insignificante de ser proveniente de atividades em que a capacidade das florestas de produzir uma variedade de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como serviços de forma sustentável não seja mantida, os níveis de colheita excedam uma taxa que possa ser sustentada a longo prazo, ou sejam utilizadas **árvores geneticamente modificadas,** se todos os indicadores da Tabela 8 forem aplicáveis.

***Tabela 8: Indicadores de risco nulo ou insignificante de que um produto relevante seja proveniente de atividades nas quais a capacidade das florestas de produzir uma variedade de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como serviços de forma sustentável não seja mantida, os níveis de colheita excedam uma taxa que possa ser sustentada a longo prazo, ou sejam utilizadas árvores geneticamente modificadas***

| |
|---|
| i. O **produto relevante** é proveniente de atividades em que a capacidade das florestas de produzir uma variedade de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como serviços de forma sustentável é mantida, e os níveis de colheita não excedem uma taxa que possa ser sustentada a longo prazo<br><br>**Exemplo:** Fontes de dados que podem ser utilizadas incluem a Avaliação dos Recursos Florestais da FAO, STIX, UNECE, a *European Environment Agency e a Forest Trends*.<br><br>ii. De acordo com dados disponíveis ao público, organismos florestais ou baseados em árvores que sejam geneticamente modificados não são produzidos no país ou região, nem são colocados no mercado. |
| ii. De acordo com dados disponíveis ao público, organismos florestais ou baseados em árvores que sejam geneticamente modificados não são **produzidos** no país ou região, nem são **colocados** no mercado. |

**Nota**: Estes indicadores correspondem aos itens (b) e (i) da definição de "**fontes controversas**" na norma PEFC ST 2002, 3.7.

## 6.5 Avaliação do risco de que os requisitos do EUDR ou quaisquer requisitos aplicáveis desta norma sejam contornados, ou do risco de mistura do produto relevante ao longo da cadeia de suprimentos.

**6.5.1** A organização pode classificar um **produto relevante** como de risco nulo ou **insignificante** de que:

a) os requisitos do EUDR sejam contornados, ou quaisquer requisitos aplicáveis desta norma; ou

b) tenha sido misturado ao longo da cadeia de suprimentos com **produto relevantes** de origem desconhecida, **fontes controversas** ou **produtos não-conforme**,

se a organização tiver avaliado e documentado que nenhum dos indicadores da Tabela 9 é aplicável.

*(Fonte: com base no EUDR 10.2(j), PEFC ST 2002)*

***Tabela 9: Indicadores de risco significativo no nível da cadeia de suprimentos***

| |
|---|
| i. Complexidade da cadeia de suprimentos relevante, que torna difícil obter ou verificar as informações necessárias, identificar todas as etapas relevantes da cadeia de suprimentos ou rastrear o **produto relevante** até suas fontes e parcelas de terreno.<br>*(Fonte: EUDR 10.2(i), Commission Guidance 2026, Seção 5)* |
| ii. Ausência ou inadequação de controles para evitar que o **produto relevante** seja misturado durante o transporte, armazenamento, processamento ou outras operações da cadeia de suprimentos, com **produtos relevantes** de origem desconhecida, materiais provenientes de fontes controversas ou **produtos não-conforme**.<br>*(Fonte: com base no EUDR 10.2(j); EUDR FAQ 1.3–1.5 e 1.17–1.18)* |
| iii. Estágio de beneficiamento do **produto relevante**, em particular as dificuldades em vincular o produto às **parcelas de terreno** onde foi **produzido**.<br>*(Fonte: EUDR 10.2(i))* |
| iv. Informações sobre qualquer histórico de obtenção de material proveniente de fontes ilegais, conforme consta no item (a) da definição de "**fontes controversas**" da norma PEFC ST 2002, 3.7 , ou de não conformidade com o EUDR ou outra legislação relacionada por parte de **organizações** ao longo da respectiva cadeia de suprimentos.<br>*(Fonte: com base no EUDR 10.2(l); PEFC ST 2002, 3.7(a))* |
| v. Quaisquer informações ou circunstâncias que indiquem um risco de que o EUDR esteja sendo contornado em relação ao **produto relevante**, ou um risco de mistura.<br>*(Fonte: EUDR 10.2(j) e 10.2(m))* |

**6.5.2** **Produtos relevantes** fornecidos com uma **declaração PEFC-EUDR** e informações adicionais, conforme especificado no Capítulo 5, por um **fornecedor** que possua um **certificado reconhecido pelo PEFC** que tenha o **SDD PEFC EUDR** em seu escopo, e que tenha implementado o **SDD PEFC EUDR** para o **produto relevante** específico, e como **produtos relevantes** fornecidos com uma declaração válida de 100% certificado pelo PEFC, ou uma declaração equivalente de um sistema endossado pelo PEFC, provenientes de um detentor de certificado de manejo florestal sustentável PEFC baseado em uma norma reconhecida pelo PEFC e adaptada ao EUDR, são considerados provas de risco nulo ou insignificante para os indicadores i, ii e iii da Tabela 9.

# 7. Preocupações fundamentadas

**7.1** Se a **organização** obtiver ou for informada sobre informações relevantes, incluindo uma **preocupação fundamentada**, informações identificadas através da avaliação de risco em conformidade com o capítulo 6, ou uma **preocupação fundamentada no EUDR** submetida nos termos do artigo 31.º do EUDR, indicando um risco de que o **produto relevante**:

a) se origine de **fontes controversas**;

b) não está conforme o EUDR; ou

c) esteja associado a um contorno do EUDR,

a **organização** deve tratar o risco identificado através da avaliação de risco e, quando necessário, da mitigação de risco em conformidade com os capítulos 6 e 8.

*(Fonte: EUDR 13.2)*

**7.2** A **organização** deve iniciar a investigação de qualquer **preocupação fundamentada** ou **preocupação fundamentada no EUDR** prontamente e, no máximo, em até dez dias úteis após tomar conhecimento da preocupação.

**7.3** Se a **organização** obtiver ou for informada sobre informações relevantes, incluindo uma **preocupação fundamentada** ou **preocupação fundamentada no EUDR**, indicando um risco de que o produto relevante não cumpra o EUDR ou que o EUDR seja contornado, a **organização** deve comunicar imediatamente as informações relevantes:

a) aos clientes PEFC a quem forneceu diretamente o **produto relevante**;

b) o seu organismo de certificação; e

c) o *PEFC Council* ou o **organismo autorizado pelo PEFC**.

Além disso, uma **organização** definida como **operador** deve comunicar imediatamente as informações relevantes à **autoridade competente**.

*(Fonte: com base no EUDR 13.2)*

**7.4** Quando a informação relevante referida em 7.1 for relacionada com o material proveniente de **fontes controversas**, a **organização** deve informar o seu **organismo de certificação** e o *PEFC Council* ou o **organismo autorizado pelo PEFC**.

**7.5** Se uma **organização** definida como **operador**, **operador a jusante** ou **comerciante** obtiver ou for informada sobre novas informações relevantes, incluindo uma **preocupação fundamentada no EUDR,** indicando que um **produto relevante** que **colocou ou disponibilizou** no mercado da União ou **exportou** corre o risco de não cumprir o EUDR, a **organização** deve informar imediatamente:

a) as **autoridades competentes** dos **Estados-Membro** em que **colocou ou disponibilizou o produto relevante** no mercado da União;

b) os **operadores a jusante** e **comerciantes** a quem forneceu o **produto relevante**;

c) o seu organismo de certificação; e

d) o *PEFC Council* ou o **organismo autorizado pelo PEFC.**

No caso de **produtos relevantes exportados**, um **operador** ou **operador a jusante** deve informar a **autoridade competente** do **Estado-Membro** que é o **país de produção**.

*(Fonte: EUDR 4.5, 5.5)*

**Nota:** No caso de exportações, os operadores a jusante devem informar a Autoridade Competente do país de produção, conforme definido no Art. 2(24) do EUDR. Se, no caso de uma exportação, o país de produção (nos termos do Art. 2(24) do EUDR) for desconhecido para o operador a jusante, ou se esse país não possuir uma Autoridade Competente designada no âmbito do EUDR, o que significa que a sua Autoridade Competente não pode ser contatada, deve-se entrar em contato com a Autoridade Competente do Estado-Membro a partir do qual a exportação é realizada. *(Fonte:* EUDR FAQ, 3.6.2*)*

**7.6** Se uma **organização** definida como **operador a jusante não PME** ou **comerciante não PME** obtiver ou for informada sobre informações relevantes indicando que um **produto relevante** não cumpre o EUDR antes de o **colocar ou disponibilizar** no mercado da União ou de o **exportar**, a **organização** deve informar imediatamente:

a) as **autoridades competentes** dos **Estados-Membros** em que pretende **colocar ou disponibilizar** o **produto relevante** no mercado da União ou a partir dos quais pretende **exportá-lo**;

b) o seu organismo de certificação; e

c) o *PEFC Council* ou o **organismo autorizado pelo PEFC**.

*(Fonte: EUDR 5.6)*

**7.7** Se a informação relevante referida em 7.6 constituir uma **preocupação fundamentada no EUDR**, a **organização** deve verificar se a devida diligência foi exercida e resultou na conclusão de risco nulo ou **insignificante**. A **organização** não deve **colocar ou disponibilizar** o **produto relevante** no mercado da União e não deve **exportá-lo**, a menos que a verificação demonstre risco nulo ou **insignificante** de não conformidade com o EUDR.

*(Fonte: EUDR 5.6)*

***Tabela 10: Resumo das ações a serem adotadas após o recebimento de informações que indiquem um risco relacionado a um produto relevante***

| Quando são recebidas informações que indicam um risco | Tipos de organização aplicáveis | Ações necessárias |
|---|---|---|
| **Preocupações fundamentadas**, ou **preocupações fundamentadas no EUDR,** ou informações recebidas a qualquer momento (7.3) | Todas as **organizações** estabelecidas na UE, independentemente de seu porte ou função (**operador, micro ou pequeno operador primário, operador a jusante, comerciante**) | Informe imediatamente:<br>• Clientes diretos<br>• Organismo de certificação<br>• *PEFC Council* ou organismo autorizado pelo PEFC<br>• Apenas para **operadores**: **autoridades competentes** |
| **Preocupações fundamentadas**, ou **preocupações fundamentadas no EUDR,** ou informações recebidas a qualquer momento (7.3) | **Organizações** estabelecidas fora da União Europeia | Informe imediatamente:<br>• Clientes diretos<br>• Organismo de certificação<br>• *PEFC Council* ou **organismo autorizado pelo PEFC** |
| Preocupações fundamentadas ou **preocupações fundamentadas no EUDR** ou informações recebidas após o produto relevante ter sido **colocado ou disponibilizado** no mercado da União ou **exportado** (7.5) | Todas as **organizações** estabelecidas na UE, independentemente de seu porte ou função (**operador, micro ou pequeno operador primário, operador a jusante, comerciante**) | Informe imediatamente:<br>• **Autoridades competentes** dos **Estados-Membros** onde o **produto relevante** foi **colocado ou disponibilizado** no mercado da União<br>• **Operadores a jusante** e **comerciantes** aos quais o **produto relevante** foi fornecido<br>• Organismo de certificação<br>• *PEFC Council* ou **organismo autorizado pelo PEFC**<br>• No caso de um **produto relevante** que seja **exportado**, um **operador** ou **operador a jusante** deve informar a **autoridade competente** do **Estado-Membro** que corresponde ao **país de produção** |
| Preocupações fundamentadas ou **preocupações fundamentadas no EUDR** ou informações recebidas antes de o **produto relevante** ser **colocado ou disponibilizado** no mercado da União, ou **exportado** (7.6 e 7.7) | **Operadores a jusante e comerciantes não PME** | Informe imediatamente:<br>• **Autoridades competentes** dos **Estados-Membros** no qual a **organização** pretende **colocar ou disponibilizar** o **produto relevante** no mercado da União, ou **exportar**<br>• Organismo de certificação<br>• *PEFC Council* ou **organismo autorizado pelo PEFC**<br>• Caso as informações pertinentes constituam uma **preocupação fundamentada no EUDR**, a **organização** deve verificar se foi exercida a devida diligência e se esta resultou na constatação de risco nulo ou **desprezível**. A **organização** não deve **colocar ou disponibilizar** o **produto relevante** no mercado da União, e não deve **exportar**, a menos que a verificação demonstre risco nulo ou **insignificante** de descumprimento do EUDR. |

# 8. Mitigação de riscos

## 8.1 Geral

**8.1.1** Salvo se uma avaliação de risco realizada em conformidade com o capítulo 6 estabelecer que não existe risco ou que o risco é **insignificante** de que um **produto relevante** seja proveniente de **fontes controversas** ou seja um **produto não conforme**, a **organização** deve, antes de implementar o método de cadeia de custódia PEFC, adotar procedimentos e medidas de mitigação de risco adequados para alcançar risco nulo ou **insignificante**.

*(Fonte: com base no EUDR 11.1)*

**Nota:** Para fins da certificação PEFC, o Capítulo 8 aplica-se a qualquer **organização** que implemente o **SDD PEFC EUDR**, sempre que a avaliação de risco realizada nos termos do Capítulo 6 identificar um risco **significativo**. Isso inclui riscos avaliados conforme a Seção 6.4, que aborda questões que vão além do EUDR. Nos casos em que a mitigação de riscos não é exigida pelo EUDR, sua aplicação constitui um requisito adicional da certificação PEFC, o qual permite à **organização** emitir e transmitir **declarações PEFC-EUDR**. Tal procedimento não altera as obrigações legais da organização no âmbito do EUDR.

**8.1.2** Os procedimentos ou medidas podem incluir um ou mais dos seguintes:

a) exigir informações, dados ou documentos adicionais;

*(Fonte: EUDR 11.1(a))*

b) realizar inquéritos ou auditorias independentes; ou

*(Fonte: EUDR 11.1(b))*

c) outras medidas relativas aos requisitos de informação estabelecidos no capítulo 5.

(Fonte*: EUDR 11.1(c))*

Nota: Outras medidas relativas aos requisitos de informação podem incluir a verificação das espécies declaradas em relação ao próprio material através de um método de identificação adequado.

**8.1.3** Tais procedimentos e medidas podem também incluir o apoio aos fornecedores da organização, em particular pequenos produtores, no cumprimento do EUDR através de capacitação e investimentos.

*(Fonte: EUDR 11.1)*

**8.1.4** A **organização** deve dispor de políticas, controles e procedimentos adequados e proporcionais para mitigar e gerir os riscos identificados de maneira eficaz. Essas políticas, controles e procedimentos devem incluir:

a) práticas modelo de gestão de risco, relatórios, manutenção de registos, controle interno e gestão de conformidade, incluindo a nomeação de um oficial de conformidade em nível gerencial para uma **organização** definida como **operador não PME** (ver também 4.2.2);

b) uma função de auditoria independente para verificar as políticas, controles e procedimentos internos referidos no 8.1.4(a) para uma **organização** definida como **operador não PME**.

*(Fonte: EUDR 11.2)*

**8.1.5** As decisões da organização sobre procedimentos e medidas de mitigação de risco devem ser documentadas e revisadas pelo menos anualmente.

*(Fonte: EUDR 11.3)*

**8.1.6** Uma **organização** definida como **operador** deve disponibilizar as suas decisões sobre procedimentos e medidas de mitigação de risco às **autoridades competentes** mediante solicitação.

*(Fonte: EUDR 11.3)*

**8.1.7** Uma **organização** definida como **operador** deve ser capaz de demonstrar como foram tomadas as decisões relativas aos seus procedimentos e medidas de mitigação de risco.

*(Fonte: EUDR 11.3)*

## 8.2 Exigência de informações, dados e documentos adicionais

**8.2.1** A **organização** deve solicitar a todos os fornecedores que entreguem suprimentos com risco **significativo** que:

a) forneçam à organização todas as informações detalhadas conforme especificado nos 4.3 e 5.1.1 e quaisquer dados e documentos adicionais relativos a toda a cadeia de suprimentos e áreas de produção de origem do suprimento; e

b) permitam que a **organização** realize uma auditoria de segunda ou terceira parte nas operações do fornecedor e nas operações de fornecedores anteriores na cadeia de suprimentos.

**Nota:** Estes requisitos podem ser estabelecidos através de acordos contratuais ou de uma autodeclaração escrita pelo fornecedor.

**8.2.2** As informações submetidas pelo **fornecedor** devem permitir que a **organização** planeje e execute auditorias.

## 8.3 Auditorias

**8.3.1** Os procedimentos e medidas de mitigação de risco da **organização** devem incluir auditorias de fornecedores que entreguem suprimentos com **risco significativo**, nos casos em que a documentação fornecida e analisada não ofereça confiança suficiente de que não existe risco ou o risco é insignificante de que o **produto relevante** seja proveniente de **fontes controversas** ou seja um **produto não conforme**. As auditorias podem ser realizadas pela própria **organização** como auditoria de segunda parte ou por terceiros em nome da **organização**.

**8.3.2** A **organização** deve demonstrar que o pessoal que realiza auditorias possui conhecimento e competência suficientes em EUDR, **SDD PEFC EUDR**, negócios locais, costumes culturais e sociais, tratados aplicáveis, convenções, legislação, governança e implementação das leis relevantes aplicáveis para a origem dos suprimentos com **risco significativo** e para os riscos identificados. Caso o risco identificado diga respeito à identificação das espécies, também deve ter competência em métodos adequados de identificação de espécies ou acesso a eles.

**8.3.3** Caso o risco identificado seja relacionado à exatidão das espécies conforme solicitado no 5.1.1(a), a verificação dos suprimentos amostrados pode incluir a verificação das espécies declaradas em relação ao próprio material.

## 8.4 Medidas corretivas

**8.4.1** Como parte das políticas, controle e procedimentos para gerir os riscos identificados de maneira eficaz, a **organização** deve incluir procedimentos para implementar medidas corretivas para fornecedores que entreguem suprimentos com **risco significativo**.

**8.4.2** A relação de medidas corretivas deve ser baseada na escala e na gravidade do risco e deve considerar a possibilidade de cancelar ou suspender qualquer contrato ou encomenda de um **produto relevante** até que o fornecedor demonstre que foram implementadas medidas de mitigação de risco adequadas.

# 9. Submissão e publicação de declarações de devida diligência e declarações simplificadas

## 9.1 Submissão de declaração de devida diligência e declaração simplificada

**9.1.1** Antes de colocar ou **exportar** um **produto relevante** no mercado da União, uma **organização** definida como **operador que não seja micro ou pequeno operador primário** deve submeter, através do **Sistema de Informação da UE**, uma **declaração de devida diligência** cobrindo esse **produto relevante** à **autoridade competente** do **Estado-Membro** em que o **produto relevante** será **colocado** no mercado da União ou será **exportado**.

*(Fonte: EUDR 4.2)*

**9.1.2** Antes de colocar ou **exportar produtos relevantes** no mercado da União, uma organização definida como **micro ou pequeno operador primário** deve submeter uma **declaração simplificada** única através do **Sistema de Informação da UE**. A **declaração simplificada** deve conter as informações listadas no Anexo III do EUDR, reproduzidas no Anexo 2 desta norma. Uma **declaração simplificada** única não deve ser exigida quando todas as informações listadas no Anexo III do EUDR estiverem disponíveis num sistema ou base de dados estabelecido ao abrigo do direito da União ou de um Estado-Membro, que não seja o **Sistema de Informação da UE,** e o **Estado-Membro** disponibilizar essa informação por **operador** no **Sistema de Informação da UE**.

*(Fonte: EUDR 4a)*

**9.1.3** Uma **organização** definida como **micro ou pequeno operador primário** pode atualizar as informações contidas na sua **declaração simplificada** quando tiver alterações importantes nas informações fornecidas.

*(Fonte: EUDR 4a.3)*

**9.1.4** Uma **organização** definida como **micro ou pequeno operador primário** não deve **colocar** um **produto relevante** no mercado da União ou **exportar** até que tenha sido atribuído um **identificador de declaração** no **Sistema de Informação da UE**, na sequência da submissão da sua **declaração simplificada** única ou da disponibilização da informação exigida através de um sistema ou base de dados estabelecido ao abrigo do direito da União ou de um **Estado-Membro**.

*(Fonte: EUDR 4a.2 e 4a.4)*

**9.1.5** Uma **organização** definida como **operador** que não seja **micro ou pequeno operador primário** deve fornecer ao seu **cliente PEFC** o **número de referência** da **declaração de devida diligência** associada ao **produto relevante**. Uma **organização** definida como **micro ou pequeno operador primário** deve fornecer ao seu **cliente PEFC** o **identificador de declaração** associado ao **produto relevante**.

*(Fonte: EUDR 4.7)*

**Nota:** Quando uma entidade **coloca** um produto no mercado e depois o transforma em um **produto relevante** derivado que **coloca** no mercado, pode desempenhar simultaneamente o papel de **operador** (a montante) e o de primeiro **operador a jusante**. Neste caso, a entidade jurídica não precisa de comunicar o **número de referência** nos termos do Art. 4(7) do EUDR se o produto derivado for fornecido a outro **operador a jusante** ou **comerciante**.

(*Fonte*: EUDR FAQ, 3.8)

**9.1.6** Uma **organização** definida como **operador** pode nomear um **representante autorizado** para submeter uma **declaração de devida diligência** em seu nome. Uma **organização** definida como **micro ou pequeno operador primário** pode nomear um **representante autorizado** para submeter uma **declaração simplificada** única em seu nome. Em qualquer dos casos, a **organização** mantém a responsabilidade pela conformidade com o EUDR.

*(Fonte: EUDR 6.1)*

**9.1.7** Uma **organização** definida como **operador** que não seja **micro ou pequeno operador primário** deve reter um registo de cada **declaração de devida diligência** por pelo menos cinco anos a partir da data de submissão através do **Sistema de Informação da UE**.

*(Fonte: EUDR 4.3)*

**9.1.8** A **declaração de devida diligência** deve conter pelo menos as informações especificadas no Anexo 1, e a **declaração simplificada** deve conter pelo menos as informações especificadas no Anexo 2 desta norma.

## 9.2 Relatório e publicação do Sistema de Devida Diligência PEFC

**9.2.1** Uma **organização** definida como **Não PME** deve reportar publicamente, da forma mais ampla possível, incluindo através da internet, sobre o seu **SDD PEFC EUDR** anualmente, incluindo as etapas tomadas para cumprir as suas obrigações ao abrigo do EUDR.

*(Fonte: EUDR 12.3)*

**9.2.2** O relatório do SDD PEFC EUDR da organização deve incluir as seguintes informações relativas aos **produtos relevantes**:

a) Um resumo das informações especificadas em 4.4.1 e 5.1.1(a) e (b).

b) As conclusões da avaliação de risco realizada em conformidade com o capítulo 6, as medidas de mitigação de risco empreendidas em conformidade com o capítulo 8 e uma descrição das informações e evidências obtidas e utilizadas para avaliar o risco.

c) Quando aplicável, uma descrição do processo de consulta com os Povos Indígenas, comunidades locais e outros detentores de direitos de posse consuetudinários, ou organizações da sociedade civil presentes na área de produção da **commodity relevante** ou **produto relevante.**

*(Fonte: EUDR 12.4)*

**9.2.3** Uma **organização** definida como **operador** que também se enquadre no escopo de outros atos jurídicos da União que estabeleçam requisitos de relatórios de devida diligência na cadeia de valor pode cumprir as suas obrigações de relato do **SDD PEFC EUDR** incluindo as informações exigidas em 9.2.2 no relatório elaborado ao abrigo desses outros atos jurídicos da União.

**Nota 1:** Exemplos de outros atos jurídicos da União relativos à devida diligência na cadeia de valor incluem a Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE relacionada ao relato de sustentabilidade das empresas.

**Nota 2:** Uma **organização** que já tenha reportado as informações exigidas em 9.2.2 como parte das suas obrigações de relato ao abrigo de outra legislação relevante da União, como a Diretiva de Devida Diligência de Sustentabilidade Corporativa (CSDDD) ou a Diretiva de Relato de Sustentabilidade

Corporativa (CSRD), não precisa de repetir a mesma informação.

*(Fonte: EUDR 12.3, FAQ quinta versão 5.14)*

### 9.3 Registo no Sistema de Informação da UE

**9.3.1** Uma **organização** definida como **operador a jusante não PME** ou **comerciante não PME** deve registar-se no **Sistema de Informação da UE** antes de colocar ou disponibilizar um **produto relevante** no mercado da União ou de **exportar**.

*(Fonte: EUDR 5.2)*

Nota: Os operadores e micro ou pequenos operadores primários acedem ao Sistema de Informação da UE para os fins especificados em 9.1.1 e 9.1.2, respetivamente.

*(Fonte: EUDR 5.2)*

**Nota: Operadores** e **micro ou pequenos operadores primários** acessam o **Sistema de Informações da UE p**ara os fins especificados em 9.1.1 e 9.1.2, respectivamente.

# 10. Não colocação no mercado

**10.1** Um **produto relevante** que se origine de fontes desconhecidas ou **fontes controversas** ou que seja um **produto não conforme** não deve ser incluído num **grupo de produtos PEFC** para o qual o **SDD PEFC EUDR** seja implementado.

**10.2** Um **produto não conforme** não deve ser **colocado** ou **disponibilizado** no mercado da União nem **exportado**.

*(Fonte: EUDR 3)*

**10.3** Caso a **organização** saiba que um **produto relevante** não coberto pela sua **cadeia de custódia PEFC** se origina de fontes ilegais, conforme abrangido pela alínea (a) da definição de **fontes controversas** na norma PEFC ST 2002, 3.7, ou não foi **produzido** em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção**, o **produto relevante** não deve ser **colocado** ou **disponibilizado** no mercado nem **exportado**.

*(Fonte: EUDR 3)*

**10.4** Caso a **organização** tome conhecimento de uma **preocupação fundamentada** ou de uma **preocupação fundamentada no EUDR** de que um **produto relevante** não coberto pela sua **cadeia de custódia PEFC** se origina de fontes ilegais, conforme abrangido pela alínea (a) da definição de **fontes controversa**s na norma PEFC ST 2002, 3.7, ou não foi **produzido** em conformidade com a **legislação pertinente do país de produção**, o **produto relevante** não deve ser **colocado** ou **disponibilizado** no mercado nem **exportado** até que a preocupação tenha sido resolvida em conformidade com o capítulo 7.

# Anexo 1 (normativo): Conteúdo da Declaração de Devida Diligência, conforme o Anexo II do EUDR

Informações a constar na **declaração de devida diligência** em conformidade com o artigo 4.º(2), do EUDR:

1. Nome do operador, endereço e, no caso de **commodities relevantes** e **produtos relevantes** que entrem ou saiam do mercado da União, o número de registo e de identificação dos operadores econômicos *(Economic Operators Registration and Identification (EORI) )* em conformidade com o artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013.
2. Código do Sistema Harmonizado, descrição em texto livre, incluindo o nome comercial, bem como, quando aplicável, o nome científico completo e a quantidade do **produto relevante** que o **operador** pretende colocar no mercado ou exportar. Para **produtos relevantes** que entram ou saem do mercado, a quantidade deve ser expressa em quilogramas de massa líquida e, quando aplicável, na unidade suplementar estabelecida no Anexo I do Regulamento (EEC) n.º 2658/87 face ao código do Sistema Harmonizado indicado ou, em todos os outros casos, expressa em massa líquida especificando uma estimativa ou desvio percentual ou, quando aplicável, volume ou número de itens. Uma unidade suplementar aplica-se quando definida de forma consistente para todas as subposições possíveis sob o código do Sistema Harmonizado referido na **declaração de devida diligência**.
3. **País de produção** e **geolocalização** de todas as **parcelas de terreno** onde as **commodities relevantes** foram **produzidas**. Quando o **produto relevante** contiver ou tiver sido fabricado utilizando **commodities relevantes produzidas** em diferentes **parcelas de terreno**, a **geolocalização** de todas as **parcelas de terreno** deve ser incluída em conformidade com o artigo 9.º, n.º 1, alínea d).
4. O texto: 'Ao submeter esta **declaração de devida diligência**, o **operador** confirma que a devida diligência em conformidade com o Regulamento (UE) 2023/1115 foi efetuada e que não foi encontrado nenhum risco ou apenas um **risco insignificante** de que os **produtos relevantes** não cumpram o artigo 3.º, alínea a) ou b), desse Regulamento.'

   Assinatura no seguinte formato:

   Assinado por e em nome de:

   Data:

   Nome e função:

   Assinatura:

# Anexo 2 (normativo): Conteúdo da declaração simplificada para micro ou pequenos operadores primários, conforme o Anexo III do Regulamento (UE) 2023/1115, alterado pelo Regulamento (UE) 2025/2650

Informações a constar na **declaração simplificada única** para **micro ou pequenos operadores primários** em conformidade com o artigo 4ª(3), do EUDR:

1. Nome, endereço do micro ou pequeno operador primário e, no caso de **commodities relevantes** e **produtos relevantes** que entrem ou saiam do mercado, o número de registo e de identificação dos operadores econômicos (*Economic Operators Registration and Identification* (EORI)) em conformidade com o artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013.
2. Código do Sistema Harmonizado e descrição em texto livre dos **produtos relevantes**, incluindo o nome comercial, e a quantidade anual estimada única de **produtos relevantes** pretendida para **colocação** no mercado ou **exportação**, expressa em massa líquida especificando estimativa ou desvio percentual ou, quando aplicável, volume ou número de itens. Para **produtos relevantes** que entram ou saem do **mercado**, a quantidade estimada deve ser expressa em quilogramas de massa líquida e, quando aplicável, na unidade suplementar estabelecida no Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 face ao código do Sistema Harmonizado indicado ou, em todos os outros casos, expressa em massa líquida especificando estimativa ou desvio percentual ou, quando aplicável, volume ou número de itens. Uma unidade suplementar aplica-se quando definida de forma consistente para todas as subposições possíveis sob o código do Sistema Harmonizado referido na **declaração simplificada**.

**Nota:** Este texto foi copiado do EUDR. No entanto, o EUDR refere uma **declaração de devida diligência** em vez de uma **declaração simplificada** no final. Foi modificado aqui para referir a **declaração simplificada**.

3. **País de produção** e **geolocalização** de todas as **parcelas de terreno**, ou endereço postal de todas as parcelas de terreno em que o **micro ou pequeno operador primário** produz **commodities relevantes**. Quando os **produtos relevantes** forem **produzidos** em diferentes **parcelas de terreno**, o endereço postal ou a **geolocalização** de todas as **parcelas de terreno** deve ser incluído em conformidade com o artigo 9.º(1), alínea d).
4. O texto: "Por esta declaração, o **micro ou pequeno operador primário** confirma que exercerá a devida diligência em conformidade com o Regulamento (UE) 2023/1115 para os **produtos relevantes** que **coloca** no mercado ou **exporta** e que os colocará no mercado ou exportará apenas se não for encontrado nenhum risco ou apenas um **risco insignificante** de que os **produtos relevantes** não cumpram o artigo 3.º, alínea a) ou b), desse Regulamento."

# Anexo 3 (informativo): Visão geral das responsabilidades de organizações certificadas de Cadeia de Custódia PEFC estabelecidas fora da UE na implementação da norma do SDD PEFC EUDR

***Tabela 11: Visão geral dos requisitos aplicáveis a organizações estabelecidas fora da UE***

| PEFC ST-MO 2002-1 Seção | Aplicabilidade | Requisitos aplicáveis a organizações estabelecidas fora da UE |
|---|---|---|
| **4.1 Geral** | Parcialmente aplicável | **4.1.1-4.1.4:** implementar o SDD PEFC EUDR; definir grupos de produtos; garantir que cada entrada relevante passe no SDD; implementar a coleta de informações, a avaliação de riscos e a mitigação de riscos<br><br>**4.1.5(a) e (e):** abordar preocupações fundamentadas e aplicar os controles do Capítulo 10<br><br>**4.1.6-4.1.7:** fornecer informações ao cliente e revisar/revisar o SDD<br><br>**4.1.9-4.1.12:** cooperar com o organismo de certificação em auditorias não anunciadas; cooperar com o monitoramento do PEFC; registar informação na base de dados do PEFC; notificar o organismo de certificação sobre sanções ou investigações legais |
| **4.2 Requisitos adicionais do sistema de gestão** | Parcialmente aplicável | **4.2.1:** manter procedimentos escritos do SDD PEFC EUDR<br><br>**4.2.3:** conservar toda a documentação do SDD PEFC EUDR por, pelo menos, cinco anos |
| **4.3 identificação do material de entrada** | Seção inteira aplicável | **4.3.1-4.3.3: 4.3.1-4.3.3:** obter a quantidade, a **declaração PEFC-EUDR** e informações adicionais do sistema do SDD; verificar o certificado do fornecedor e o escopo do produto; classificar cada insumo relevante como "**PEFC-EUDR**" ou "**Não PEFC-EUDR**", além de sua categoria de material conforme a norma PEFC ST 2002. |
| **4.4 Declaração de saídas** | Parcialmente aplicável | **4.4.1(a), (b) e (d):** indicar a quantidade, a **declaração PEFC-EUDR** juntamente com a declaração de Cadeia de Custódia PEFC aplicável, e quaisquer informações adicionais de que o cliente PEFC necessite |
| **5. Coleta de informações - Geral** | Parcialmente aplicável | **5.1.1 :** coleta e retenção de informações sobre origem, produto, **geolocalização**, colheita, fornecedor/cliente, status de **ausência de desmatamento** e legalidade**.**<br><br>**5.1.2 :** fornecer as informações mencionadas no 5.1.1, acompanhadas da **declaração PEFC-EUDR**, aos clientes PEFC.<br><br>**5.1.6:** obter as informações exigidas conforme o 5.1.1 para materiais **Não PEFC-EUDR**; caso as informações obrigatórias não estejam disponíveis, estejam incompletas ou não possam ser verificadas, não classificar o material como **PEFC-EUDR** nem |

| | | |
|---|---|---|
| | | o incluir no respectivo grupo de produtos PEFC. |
| **6. Avaliação de risco - Geral** | Parcialmente aplicável | **6.1.1-6.1.7 e 6.1.9-6.1.11:** avaliar todos os insumos relevantes não reciclados; abranger as quatro áreas de risco do PEFC; classificar o risco como inexistente, insignificante ou **significante**; solucionar preocupações; mitigar riscos significativos; documentar e revisar a avaliação. |
| **6.2-6.5 Avaliação de risco para os quatro riscos diferentes** | Seção inteira aplicável | Aplicam-se todos os requisitos das Seções 6.2 (risco de desmatamento ou degradação florestal), 6.3 (risco de ilegalidade), 6.4 (risco quanto à capacidade de produção ou sustentabilidade das florestas) e 6.5 (risco de mistura ao longo da cadeia de suprimentos) |
| **7. Preocupações fundamentadas** | Parcialmente aplicável | **7.1-7.2 e 7.3 (a), (b) e (c):** avaliar e mitigar informações que indiquem fontes controversas, não conformidade ou contorno; iniciar uma investigação no prazo de dez dias úteis; informar imediatamente os clientes diretos, o organismo de certificação e o Conselho do PEFC**/organismo autorizado pelo PEFC.** |
| **8.1 Mitigação de riscos - Geral** | Parcialmente aplicável | **8.1.1-8.1.5:** adotar medidas de mitigação adequadas e proporcionais antes de aplicar o método de Cadeia de Custódia; manter controles de gestão de risco; documentar e revisar as decisões de mitigação, pelo menos, anualmente. |
| **8.2-8.4 Mitigação de riscos – informação, auditorias e medidas corretivas** | Seção inteira aplicável | Aplicam-se todos os requisitos das Seções 8.2 (informações), 8.3 (auditorias) e 8.4 (medidas corretivas). |
| **9. Submissão e publicação de SDD e declarações simplificadas** | Não aplicável | Nenhum requisito se aplica a uma **organização** abrangida por esta tabela. |
| **10. Não colocação no mercado** | Seção inteira aplicável | **10.1-10.4:** excluir fontes desconhecidas, fontes controversas e **produtos não conformes**; impedir a entrada de produtos não conformes de entrar no mercado; reter produtos afetados por preocupações fundamentadas e ainda não resolvidas. |
| **Appendix 1** | Não aplicável | Nenhum requisito se aplica a uma **organização** abrangida por esta tabela. |
| **Appendix 2** | Não aplicável | Nenhum requisito se aplica a uma **organização** abrangida por esta tabela. |

# Bibliografia


• Comissão Europeia, Perguntas Frequentes (FAQ) — Implementação do Regulamento relativo ao Desmatamento da UE

• Comissão Europeia, Documento de Orientação para o Regulamento (UE) 2023/1115 relativo a produtos livres de desmatamento (C/2026/3896)

• Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União

• Regulamento (CE) n.º 2173/2005 do Conselho, de 20 de dezembro de 2005, relativo ao estabelecimento de um regime de licenciamento FLEGT aplicável às importações de madeira na Comunidade Europeia

• Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à relato de sustentabilidade das empresas

• Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo a requisitos específicos aplicáveis a revisões legais de contas de entidades de interesse público e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão

• Diretiva 2004/109/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 2004, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que diz respeito às informações sobre emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado e que altera a Diretiva 2001/34/CE

• Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa às revisões legais das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e que revoga a Diretiva 84/253/CEE do Conselho

• Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho

*PEFC Council*
ICC Building C1
Route de Pré-Bois 20
1215 Geneva 15
Switzerle

info@pefc.org
www.pefc.org
T +41 22 799 45 40